USINA CAETÉ S.A.

Relatório de revisão do auditor independente

Demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Em 30 de junho de 2026

USINA CAETÉ S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Em 30 de junho de 2026

Conteúdo

Comentário de desempenho

Relatório de revisão do auditor independente referente às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais intermediários individuais e consolidados

Demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do resultado

Demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do resultado abrangente

Demonstrações intermediárias individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações intermediárias individuais e consolidadas dos fluxos de caixa

Demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

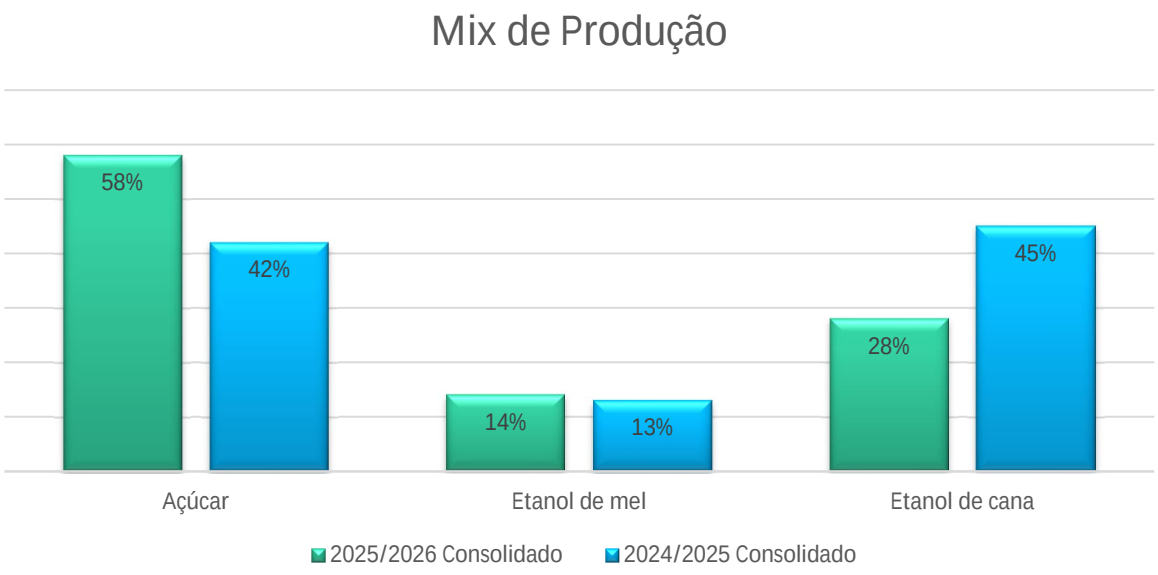
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A administração da Usina Caeté S/A, de acordo com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. S.Sa. o Relatório da Administração, juntamente com as Demonstrações Financeiras e os pareceres dos Auditores Independentes, compreendendo o período de 01 de abril de 2025 a 30 de junho de 2025 e 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026, as quais são apresentadas com dados consolidados e alcançam as práticas contábeis adotadas no Brasil através dos pronunciamentos dos CPCs, como também aos padrões estabelecidos no IFRS – International Reporting Standards, nas normas internacionais de contabilidade.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O primeiro trimestre da safra 2026/2027 processou cerca de 700 mil toneladas de cana, com um crescimento de 2,8% em relação ao mesmo período da safra anterior. Há, todavia, uma redução de 12% no ATR médio afetado sobretudo pelo excesso de chuvas neste primeiro trimestre. Há boas expectativas de produção tanto nas unidades do nordeste com na unidade do sudeste. Este ciclo de moagem será bastante desafiador, sobretudo pelos posicionamentos de preços no mercado internacional de açúcar e seus reflexos nos demais mercados, incluindo o de etanol. Ainda há o desafio de melhorarmos a produtividade agrícola nas unidades do nordeste, através de nosso plano de ampliação de áreas irrigadas com aspersão, pivô e gotejamento que hoje já abrangem aproximadamente 72% da área de colheita em Alagoas.



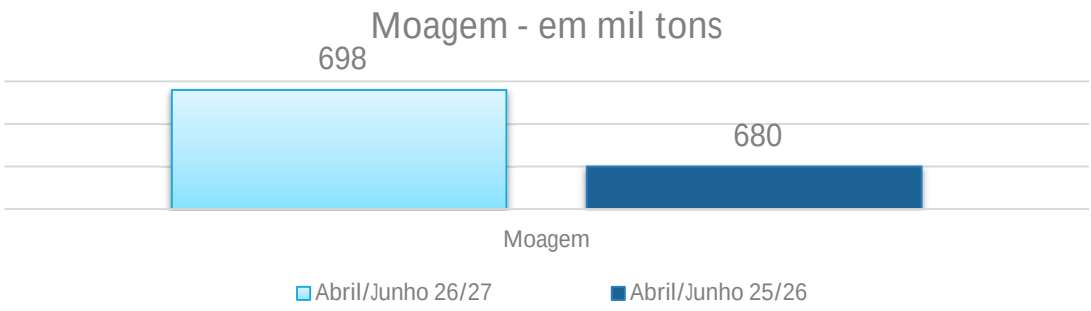
Por fim, reiteramos nosso compromisso em edificar nosso crescimento em princípios que mantém unidas a tríade natureza-pessoas-empresa, na construção de um mundo melhor.

A busca em adicionar valor ao acionista através de uma gestão responsável, escorados pela estrutura de capital humano, é nosso legado junto a clientes, parceiros, executivos e demais que compõem a Usina Caeté.

Nossos sinceros agradecimentos a todos.

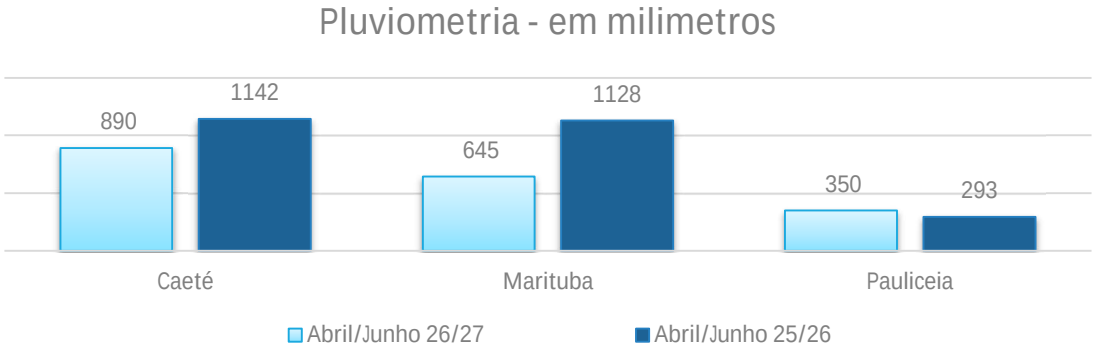
DESEMPENHO OPERACIONAL

A Usina Caeté S/A, é uma sociedade anônima de capital fechado. Possui atualmente três unidades industriais em operação: Caeté em São Miguel dos Campos - AL, Marituba em Igreja Nova - AL, e Paulicéia em Pauliceia - SP. Atualmente, a Companhia tem capacidade instalada de processamento de 6,3 milhões de toneladas de cana-de-açúcar.



1 – Pluviometria

Como estão em regiões distintas, as unidades apresentaram os seguintes índices pluviométricos:



O trimestre 26/27 em Alagoas foi mais seco do que o mesmo período anterior, porém, com uma melhor distribuição das chuvas. Já em SP as chuvas entre maio e junho contribuíram para um atraso na moagem e uma redução no ATR esperado.

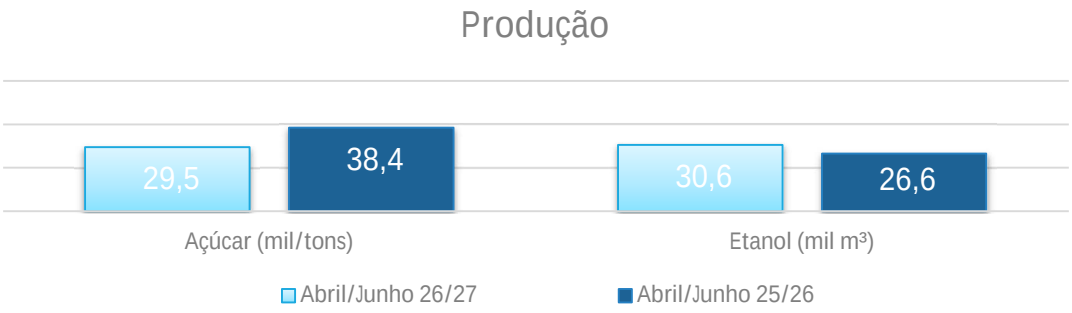
A produtividade média do acumulada da cana comparativamente com períodos fechados para o trimestre nas duas safras, tiveram o seguinte comportamento:





Os fornecedores da unidade Paulicéia apresentaram uma produtividade acima do trimestre anterior, em função da maior concentração em áreas de primeiro corte. A estimativa é que encontre os números da usina com o andamento da moagem.

No período, a produção de Etanol foi de 30,6 mil m³, 15,0% acima do volume produzido no trimestre anterior. Por outro lado, o açúcar reduziu em 23% em função do direcionamento de mix mais voltado para o etanol.



No trimestre 2026/2027 a companhia produziu e comercializou CBIOS, agregando valor ao preço médio do etanol. A comercialização desses certificados ocorre após a escrituração, principalmente com distribuidoras de combustíveis. Apesar da retração dos preços, este continua sendo um importante vetor de ajuste positivo de direcionamento do consumo para um produto limpo sob a ótica de descarbonização dos combustíveis.

ABRIL/25 A JUNHO/25

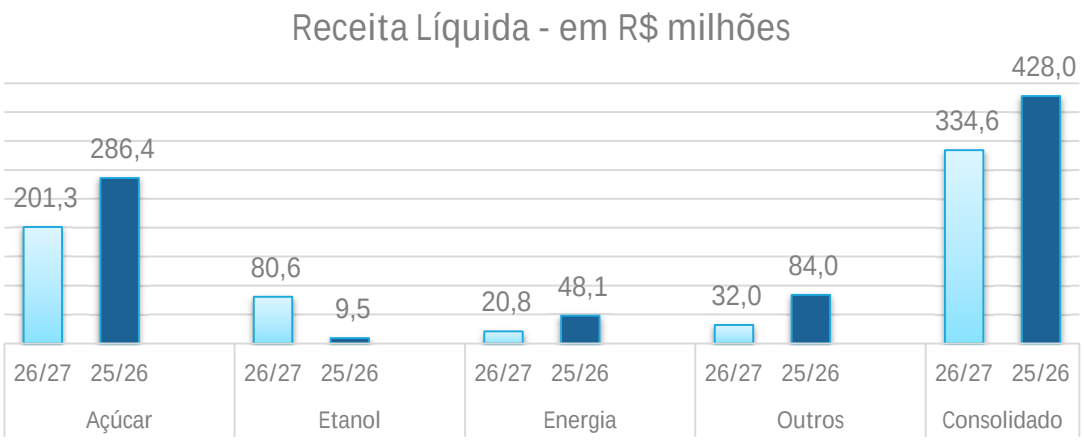
Usina	Estoque Inicial	Geração	Vendas	Estoque Final	Preço Médio	Prêmio Etanol
CAE	-	4.277	4.277	-	R$ 60,01	R$ 67,71
MRT	-	4.762	4.762	-	R$ 59,79	R$ 52,91
PLC	37.110	17.330	42.082	12.358	R$ 61,30	R$ 155,82
TOTAL	**37.110**	**26.369**	**51.121**	**12.358**	**R$ 61,05**	**R$ 121,31**

ABRIL/26 A JUNHO/26

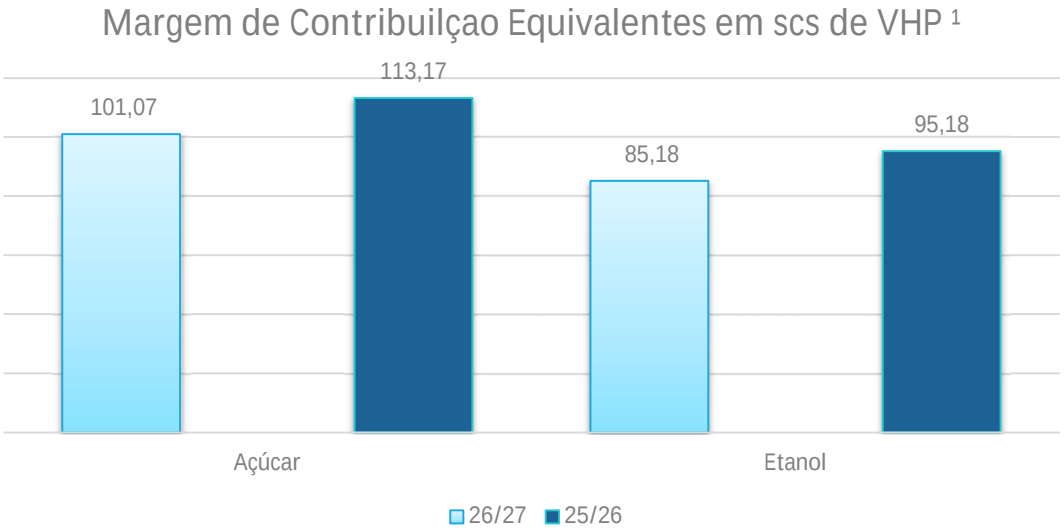
Usina	Estoque Inicial	Geração	Vendas	Estoque Final	Preço Médio	Prêmio Etanol
CAE	-	12.012	12.012	-	R$ 27,90	R$ 30,72
MRT	-	14.042	14.042	-	R$ 27,73	R$ 26,54
PLC	45.186	25.666	31.750	39.102	R$ 25,10	R$ 53,94
TOTAL	**45.186**	**51.720**	**57.804**	**39.102**	**R$ 26,32**	**R$ 37,70**

Cada CBIO equivale à mitigação de uma tonelada de gases de efeito estufa, por meio do uso de biocombustíveis certificados em substituição aos combustíveis fósseis. Lançado em 2017, o RenovaBio busca incentivar a redução da pegada de carbono do setor de biocombustíveis no Brasil por meio de mecanismos de mercado.

2 - Desempenhos Econômico e Financeiro



O açúcar contribuiu em 60% do faturamento no trimestre, apesar de ter sofrido uma redução em valores de cerca de 30%, resultado de uma demanda retraída e preços pressionados no mercado regional e de um menor mix em São Paulo, em relação ao mesmo período anterior safra 25/26. Por outro lado, houve uma variação expressiva na comercialização de etanol, o que equalizou o balanço dos principais.

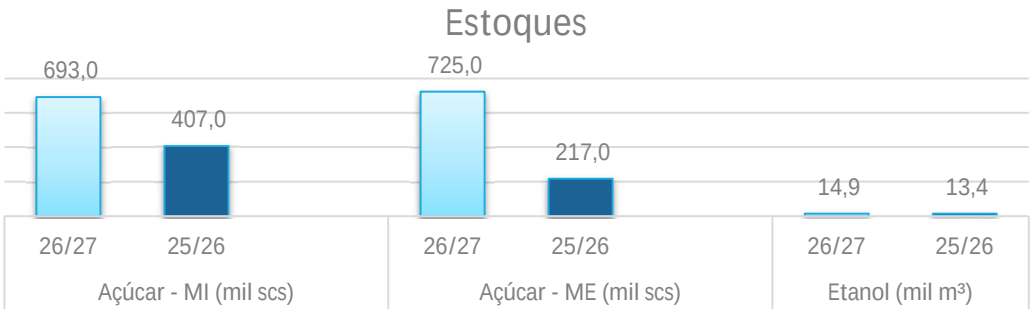


Volumes e Preços Comercializados

Açúcar		Etanol		Energia		CBIOS	
26/27	25/26	26/27	25/26	26/27	25/26	26/27	25/26
mil tons		mil mts^3		mwh		mil/un	
101,0	115,3	31,1	21,6	199,8	151,2	57,8	51,1
R$ 2.384,4	R$ 2.664,0	R$ 3.190,0	R$ 3.320,0	R$ 119,0	R$ 362,2	R$ 26,3	R$ 61,1

ESTOQUES

Os estoques de produtos acabados, fecharam com as seguintes movimentações:



Por uma questão de estratégia comercial em não participar em mercado a preços abaixo de nosso planejamento, optamos em manter maiores níveis de estoques de açúcar negociados no mercado regional. Em relação ao mercado internacional, o aumento dos estoques deve-se ao atraso no embarque por parte do comprador.

CUSTO DOS PRODUSTOS VENDIDOS

Os custos médios dos produtos tanto açúcar como etanol ainda se mantiveram estáveis, variando dentro das expectativas da companhia.

Açúcar	26/27	25/26
INDÚSTRIA	21,48	15,58
MATÉRIA PRIMA	34,62	33,26
AGRÍCOLA	56,57	50,85
CUSTO UNITÁRIO TOTAL	**112,67**	**99,70**

Etanol	26/27	25/26
INDÚSTRIA	267,21	351,56
MATÉRIA PRIMA	562,44	572,13
AGRÍCOLA	1.046,15	804,30
MEL	865,46	1.171,43
CUSTO UNITÁRIO TOTAL	**2.741,27**	**2.899,41**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receita líquida	**334.512**	**428.458**	**336.721**	**430.796**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	-289.177	-332.810	-293.505	-338.551
Lucro bruto	**45.335**	**95.648**	**43.216**	**92.245**
Despesas com vendas	-16.944	-18.014	-16.962	-18.250
Despesas administrativas e gerais	-24.816	-25.491	-25.881	-25.587
Resultado de equivalência patrimonial	-6.456	-6.292	96	141
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.442	-939	5.366	1.943
(Despesas)/receitas operacionais	**-45.774**	**-50.736**	**-37.381**	**-41.753**
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**-439**	**44.912**	**5.835**	**50.492**
Variações cambiais, líquidas	4.280	30.919	4.286	30.918
Receitas financeiras	14.065	10.178	15.394	11.219
Despesas financeiras	-82.513	-62.318	-90.036	-69.093
Resultado financeiro líquido	**-64.168**	**-21.221**	**-70.356**	**-26.956**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**-64.607**	**23.691**	**-64.521**	**23.536**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.095	6.210	20.095	6.210
Lucro/prejuízo líquido antes das participações de acionistas não controladores	**-44.512**	**29.901**	**-44.426**	**29.746**

Controladora	26/27	25/26	%
Receita Líquida de Vendas	334,6	428,0	-22%
(-) CPV	-289,2	-332,8	-13%
(+/-) Ajustes IRFS16/CPC06			
Lucro Bruto	45,4	95,2	-52%
Margem Bruta	13,6%	22,2%	-39%
SG & A	-48,2	-49,8	-3%
Outras rec e desp operacionais	2,4	- 0,9	-360%
EBIT	-0,3	44,5	-101%
D / A	58,7	53,2	10%
Variação Ativo Biológico / Efeitos EFRS 16	0,0	0,0	
Hedge Liquidação	3,3	7,2	
EBITDA	**61,6**	**104,9**	**-41%**
Margem Ebitda	18,4%	24,5%	-25%

O resultado financeiro teve as seguintes movimentações:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	**30/06/2026**	30/06/2025
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	**3.310**	1.778	**4.639**	2.814
Ganho de Ajuste a Valor Presente - CPC 06 R 02	**-**	-	**-**	-
Ajuste a valor justo s/ empréstimos e financiamentos	**169**	-	**169**	-
Outras receitas financeiras	**9.185**	8.400	**9.185**	8.405
	12.664	10.178	**13.993**	11.219
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**-39.446**	-36.744	**-46.968**	-43.477
Juros mora fornecedores	**-148**	-276	**-148**	-276
Juros sobre impostos e contribuições	**-651**	-927	**-652**	-938
Perda de Ajuste a Valor Presente - CPC 06 R 02	**-31.486**	-	**-31.486**	-
Ajuste a valor justo s/ empréstimos e financiamentos	**-**	-18.160	**-**	-18.160
Outras despesas financeiras	**-9.381**	**-6.211**	**-9.381**	-6.240
	-81.112	-62.318	**-88.635**	-69.091
Variações cambiais líquidas:				
Variações cambiais ativas	**26.000**	36.326	**26.006**	36.324
Variações cambiais passivas	**-21.720**	-5.407	**-21.720**	-5.408
	4.280	30.919	**4.286**	30.919
Resultado financeiro	**-64.168**	-21.221	**-70.356**	-26.958

Os juros sobre operações financeiras tiveram suas taxas médias nominais, nos períodos reportados para o período em 14,33% aa. A redução da taxa média foi fortemente afetada pela contratação de uma operação no BNDES do Fundo Soberano, com taxa contratada de 3,56% aa e operações junto ao BNB ligadas ao FNE.

CAPEX

R$ milhões	De 01/04/26 a 30/06/26		De 01/04/25 a 30/06/25
CAPEX Recorrente			
Plantio de Renovação	27.878,0		30.316,0
Tratos Culturais	57.553,0		43.146,0
Imobilizado	5.163,0		2.036,0
	90.594,0		**75.498,0**

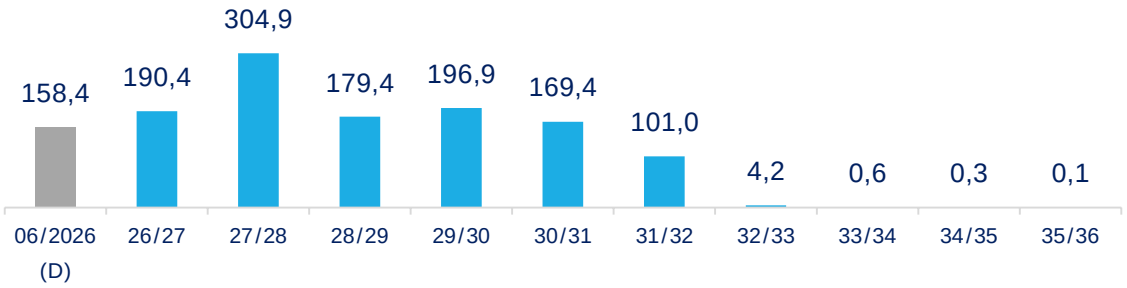
Os gastos com renovação do canavial e tratos com soqueira, somaram R$ 85,43 milhões de reais, ante R$ 73,46 do mesmo período anterior. O início de moagem em São Paulo para o mês de março/26, trouxe um pouco mais de volume de tratos de socaria para o ciclo seguinte. A companhia junto com a SCA em parceria para compras tem tido sucesso na redução de custos dos principais insumos agrícolas. A companhia vem mantendo seu critério de renovação de equipamentos e o direcionamento plantio e tratos em sua matéria prima como plano estratégico de redução de custos e melhoria operacional.

ENDIVIDAMENTO (Junho 2026)

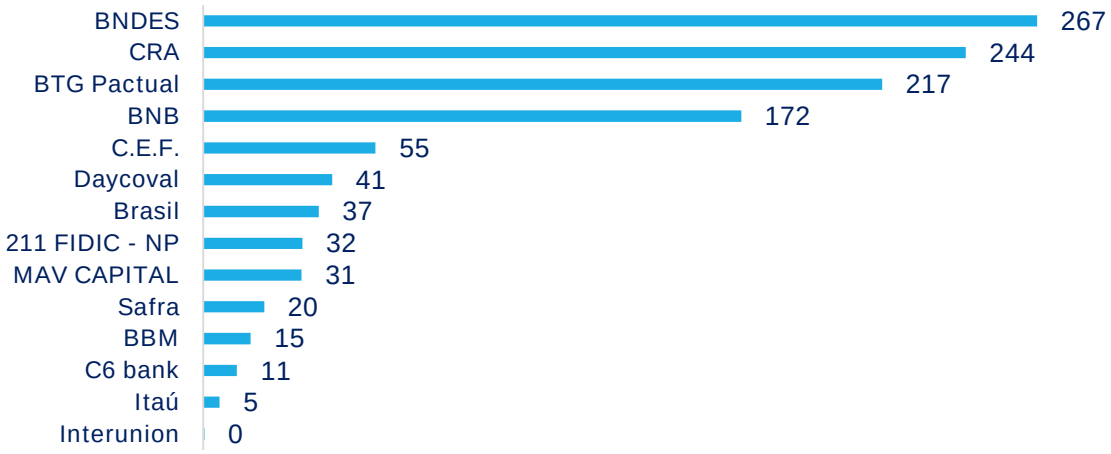
	circulante	não circulante	total
Saldo Inicial	237.330.766	825.453.864	1.062.784.630
Captações	95.868.623	67.215.545	163.084.168
Juros e variações cambiais incorridos	37.544.640	-669.740	36.874.900
Variações Cambiais Incorridas	-1.508.133	0	-1.508.133
Pagamento de principal	-67.393.694	0	-67.393.694
Pagamento de juros	-29.935.434	0	-29.935.434
Transferência	63.276.046	-63.276.046	0
Ajuste a valor presente	0	1.400.683	1.400.683
Saldo Final	**335.182.813**	**830.124.305**	**1.165.307.118**

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO

(D): Valor Disponível



MILHÕES POR BANCO



O movimento do endividamento está dentro das expectativas da companhia. A safra 25/26 foi finalizada com posicionamento defensivo e a companhia espera manter o nível de endividamento para a safra 26/27, ainda que com preços pressionados. Realizamos grandes operações de longo prazo com BNDES e a emissão de dois CRAS colocando 71% da dívida para prazos mais longos e com isso haverá uma pressão menor nas amortizações da safra 26/27.

Tel.: + 55 82 3025 0085
www.bdo.com.br

Av. Dr. Antonio Gomes de Barros, 625 - S.504
Jatiúca – Maceió, AL
Brasil 57036-000

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Usina Caeté S.A.
Maceió - AL

Introdução

Revisamos os balanços patrimoniais individuais e consolidados da Usina Caeté S.A. ("Companhia"),em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações intermediárias individuais e consolidadas, de acordo com o CPC 21(R1) e a Norma Internacional IAS 34 (*Interim Financial Reporting)*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Base para conclusão com ressalva sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Realização do ativo fiscal diferido na controlada indireta

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a controlada Companhia Energética de São Miguel dos Campos ("CESMC"), mantém saldo de ativo fiscal diferido no montante de R$ 100.307 mil, constituídos sobre o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social. A Controlada não apresentou evidências suficientes de que as projeções de lucros tributáveis futuros possam se materializar com segurança, ocasionando uma incerteza significativa quanto à expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação e utilização dos respectivos créditos tributários. Diante das circunstâncias não nos foi praticável mensurar os impactos de possíveis ajustes nas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período de três meses findo em 30 de junho de 2026.

Conclusão com ressalvas sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, com exceção do assunto descrito no parágrafo anterior, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e apresentadas de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Operações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10, às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, chamamos atenção para o fato de a Companhia manter operações com partes relacionadas, efetuadas de acordo com os termos específicos acordados entre a Administração da Companhia e essas partes relacionadas. Portanto, as demonstrações contábeis referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Saldos iniciais

O balanço patrimonial consolidado referente ao exercício findo em 31 de março de 2026 foi por nós auditado e emitimos nosso relatório, datado em 30 de junho de 2026, com ressalva sobre: (i) Realização do ativo fiscal diferido na controlada indireta. As demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e das demonstrações de fluxo de caixa e demonstrações do valor adicionado, para o período de três meses findos em 30 de junho de 2025, foram por nós revisadas e emitimos relatório de revisão datado em 28 de agosto de 2025, com ressalvas sobre: (i) Revisão dos controles sobre contratos de arrendamento e; (ii) Realização do ativo fiscal diferido na controlada indireta. Essas demonstrações contábeis intermediárias devem ser lidas nesse contexto.

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas anteriormente referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Maceió, 06 de outubro de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1 – S - AL

Leonardo da Silva Vilar Gomes
Contador CRC 1 PE 021026/O-9 – S - AL

caeté

AÇÚCAR • ETANOL • BIOELETRICIDADE

Demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 30 de junho de 2026

Safra 26-27

www.usinacaete.com



Índice

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço patrimonial 19
Demonstração dos resultados 20
Demonstração dos resultados abrangentes 21
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 22
Demonstração dos fluxos de caixa 23
Demonstração dos valores adicionados 24

NOTAS EXPLICATIVAS

1 - Contexto operacional 25
2 - Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis 26
3 - Caixas e equivalentes de caixa 32
4 - Aplicações financeiras – Ativo não circulante 33
5 - Contas a receber de clientes 33
6 - Estoques 34
7 - Ativos biológicos 35
8 - Tributos a recuperar 37
9 - Outros créditos 37
10 - Operações com partes relacionadas 38
11 - Imposto de renda e contribuição social - diferidos 39
12 - Investimento e provisão para perdas com investimentos 41
13 - Imobilizado 43
14 - Direito de uso, arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar 49
15 - Fornecedores 51
16 - Empréstimos e financiamentos 51
17 - Salários e férias a pagar 54
18 - Adiantamentos de clientes 55
19 - Tributos e contribuições a recolher 55
20 - Parcelamentos de tributos 55
21 - Provisão para processos judiciais 56
22 - Patrimônio líquido 57
23 - Receita operacional líquida 58
24 - Custos dos produtos vendidos 59
25 - Despesas com vendas 59
26 - Despesas administrativas e gerais 59
27 - Outras receitas operacionais, líquidas 60
28 - Resultado financeiro 60
29 - Instrumentos financeiros 61
30 - Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros 68
31 - Valor Justo 68
32 - Cobertura de seguros 69
33 - Compromissos de compra 70
34 - Compromissos de vendas 70
35 – Eventos subsequentes 70

Usina Caeté S.A.

Balanços patrimoniais intermediários individuais e consolidados em 30 de junho de 2026 e 31 de março de 2026

(*Em milhares de reais*)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	31/03/2026	30/06/2026	31/03/2026
Caixa e equivalentes de caixa	3	82.347	66.929	120.374	107.827
Contas a receber de clientes	5	68.148	105.283	71.084	107.321
Estoques	6	464.092	502.335	477.600	508.201
Ativos biológicos	7	130.723	95.206	130.723	95.206
Tributos a Recuperar	8	134.106	137.244	140.339	142.755
Outros créditos	9	25.314	10.751	28.756	11.512
Instrumentos financeiros derivativos	29	14.465	4.384	14.465	4.384
Circulante		**919.195**	**922.132**	**983.341**	**977.206**
Aplicações financeiras	4	76.055	72.707	76.131	72.782
Depósitos judiciais	21	4.134	4.015	4.158	4.039
Mútuos com partes relacionadas	10	19.008	7.055	1.055	1.012
Tributos a Recuperar	8	6.668	6.640	6.912	6.846
Outros créditos	9	1.021	1.570	1.482	2.059
Total do realizável a longo prazo		**106.886**	**91.987**	**89.738**	**86.738**
Investimentos	12	116.453	111.698	82.374	77.402
Propriedade para investimentos	-	235	235	235	235
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	-	100.307	-
Imobilizado	13	1.007.783	1.008.694	1.060.708	1.063.013
Direito de uso	14	675.182	708.567	675.182	708.567
Intangível	-	794	850	797	854
Não circulante		**1.907.333**	**1.922.031**	**2.009341**	**1.936.809**
Ativo		**2.826.528**	**2.844.163**	**2.992.682**	**2.914.015**

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	31/03/2026	30/06/2026	31/03/2026
Fornecedores	15	81.728	94.250	84.316	97.172
Empréstimos e financiamentos	16	340.516	237.331	347.894	244.814
Arrendamentos a Pagar	14	52.634	51.324	52.634	51.324
Parceria agrícola a pagar	14	111.990	107.721	111.990	107.721
Salários e férias a pagar	17	45.299	47.784	46.353	48.660
Adiantamentos de clientes	18	203.975	202.148	219.097	217.367
Tributos e contribuições a recolher	19	11.709	21.389	11.979	21.663
Parcelamentos de tributos	20	6.018	5.967	6.120	6.124
Outras contas a pagar	-	2.145	3.616	2.171	3.629
Circulante		**856.014**	**771.530**	**882.554**	**798.474**
Empréstimos e financiamentos	16	824.791	825.454	1.048.878	1.049.433
Arrendamentos a Pagar	14	68.023	79.995	68.023	79.995
Parceria agrícola a pagar	14	497.876	513.176	497.876	513.176
Mútuos com partes relacionadas	10	-	-	3.138	600
Parcelamentos de tributos	20	8.177	6.816	8.216	6.854
Provisão para processos judiciais	21	20.559	22.201	20.559	22.201
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	8.416	28.511	8.416	(71.796)
Provisão para perdas em investimentos	12	104.242	97.908	-	-
Dividendos a pagar	-	5.295	5.295	5.295	5.295
Adiantamentos de clientes	18	29.118	44.039	29.118	44.039
Não circulante		**1.566.497**	**1.623.395**	**1.689.519**	**1.649.797**
Capital social		550.000	550.000	550.000	550.000
Ajuste de avaliação patrimonial		(42.019)	(41.310)	(42.019)	(41.310)
Reserva de reavaliação		13.448	13.647	13.448	13.647
Reserva legal		4.932	4.932	4.932	4.932
Subvenções para Investimentos		216.509	216.509	216.509	216.509
Lucros (prejuízos) acumulados		(338.853)	(294.540)	(338.853)	(294.540)
Patrimônio líquido	22	**404.017**	**449.238**	**404.017**	**449.238**
Participação de acionistas não controladores		**-**	**-**	**16.592**	**16.506**
Total do patrimônio líquido e participação de não controladores		**404.017**	**449.238**	**420.609**	**465.744**
Passivo		**2.826.528**	**2.844.163**	**2.992.682**	**2.914.015**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

	NE	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receita líquida	23	**334.512**	**428.458**	**336.721**	**430.796**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	24	(289.177)	(332.810)	(293.505)	(338.551)
Lucro bruto		**45.335**	**95.648**	43.216	**92.245**
(Despesas)/receitas operacionais					
Despesas com vendas	25	(16.944)	(18.014)	(16.962)	(18.250)
Despesas administrativas e gerais	26	(24.816)	(25.491)	(25.881)	(25.587)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(6.456)	(6.292)	96	141
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	2.442	(939)	5.366	1.943
		(45.774)	**(50.736)**	**(37.381)**	**(41.753)**
Lucro/prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**(439)**	**44.912**	5.835	**50.492**
Variações cambiais, líquidas	28	4.280	30.919	4.286	30.918
Receitas financeiras	28	14.065	10.178	15.394	11.219
Despesas financeiras	28	(82.513)	(62.318)	(90.036)	(69.093)
Resultado financeiro líquido		**(64.168)**	**(21.221)**	**(70.356)**	**(26.956)**
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(64.607)**	**23.691**	**(64.521)**	**23.536**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	20.095	6.210	20.095	6.210
Lucro/prejuízo líquido antes das participações de acionistas não controladores		**(44.512)**	**29.901**	**(44.426)**	**29.746**
Resultado atribuível aos:					
Controladores				(44.512)	29.901
Não controladores				86	(155)
Resultado do exercício / período				(44.426)	29.746
Resultado por ação - básico e diluido (Em R$)				**(4.553,76)**	**3.048,95**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	**30/06/2025**	**30/06/2026**	**30/06/2025**
Resultado do período	**(44.512)**	**29.901**	**(44.426)**	**29.746**
Variação na participação relativa de investidas	(709)	702	-	-
Resultado abrangente total	**(45.221)**	**30.603**	**(44.426)**	**29.746**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Subvenções para investimentos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	Participação de não controladores	Total Consolidado
Saldo em 31 março 2025	**550.000**	**(37.714)**	**14.141**	**4.932**	**183.200**	**(154.430)**	**560.129**	**15.612**	**575.741**
Resultado do período	-	-	-	-	-	29.901	**29.901**	(155)	**29.746**
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(100)	-	-	100	**-**	-	**-**
Variação na participação relativa de investidas	-	702	-	-	-	-	**702**	-	**702**
Saldo em 30 junho 2025	**550.000**	**(37.012)**	**14.041**	**4.932**	**183.200**	**(124.429)**	**590.732**	**15.457**	**606.189**
Saldo em 31 março 2026	**550.000**	**(41.310)**	**13.647**	**4.932**	**216.509**	**(294.540)**	**449.238**	**16.506**	**465.744**
Resultado do período	-	-	-	-	-	(44.512)	**(44.512)**	86	**(44.426)**
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(199)	-	-	199	**-**	-	**-**
Variação na participação relativa de investidas	-	(709)	-	-	-	-	**(709)**	-	**(709)**
Saldo em 30 junho 2026	**550.000**	**(42.019)**	**13.448**	**4.932**	**216.509**	**(338.853)**	**404.017**	**16.592**	**420.609**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) Lucro líquido do período	(44.512)	29.901	(44.426)	29.746
Ajustes para reconciliar o (prejuízo)/lucro líquido ao caixa (usado)/gerado nas atividades operacionais				
Depreciação da Lavoura	18.946	19.886	18.946	19.886
Depreciação do imobilizado	20.538	11.225	22.645	12.997
Depreciação de direito de uso	34.356		34.356	
Amortização do Intangível	56	58	57	59
Amortização dos Tratos Culturais	22.053	24.448	22.053	24.448
Valor residual do imobilizado baixado	88	626	88	626
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(20.095)	(6.210)	(20.095)	(6.210)
Juros sobre arrendamentos e parcerias agrícolas	31.485		31.485	
Juros, multas	36.875	35.481	43.912	41.730
Variações cambiais	(1.508)	(26.905)	(2.827)	(26.906)
Ajuste a valor presente empréstimos e financiamentos	1.400	22.149	1.400	22.149
Constituição de provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa	862	862	1.664	2.095
(Reversão) de provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa	(862)	(870)	(1.664)	(1.906)
Provisão para processos judiciais	(1.642)	192	(1.642)	192
Resultado da equivalência patrimonial	6.456	6.292	(96)	(141)
Instrumentos financeiros derivativos	(10.081)	(3.989)	(10.081)	(3.989)
	94.415	113.146	95.775	114.776
Decréscimo (acréscimo) de ativos	**-**	**-**	**-**	**-**
Contas a receber de clientes	37.135	(20.642)	36.237	(20.142)
Estoques	38.243	74.839	30.601	67.022
Ativo biológico	(57.570)	(43.160)	(57.570)	(43.160)
Tributos a recuperar	3.110	(7.037)	2.350	(7.446)
Depósitos judiciais	(119)	(67)	(119)	(67)
Outros créditos	(14.014)	(6.627)	(16.667)	(10.353)
	6.785	(2.694)	(5.168)	(14.146)
Acréscimo (decréscimo) de passivos	**-**	**-**	**-**	**-**
Fornecedores	(12.522)	(12.790)	(12.856)	(12.014)
Salários e férias a pagar	(2.485)	1.946	(2.307)	2.033
Adiantamentos de clientes	(13.094)	(71.371)	(13.191)	(70.955)
Tributos e contribuições a recolher	(9.680)	142	(9.684)	204
Parcelamentos de tributos	1.412	(4.158)	1.358	(4.297)
Outras contas a pagar	(1.471)	(1.027)	(1.458)	(1.025)
	(37.840)	(87.258)	(38.138)	(86.054)
Juros pagos	(29.935)	(59.295)	(35.649)	(65.278)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**33.425**	**(36.101)**	**16.820**	**(50.702)**
Aplicações financeiras	(3.348)	(9.687)	(3.349)	(9.688)
Aquisição de imobilizado	(10.783)	(28.509)	(11.496)	(29.102)
Adições ao plantio	(27.878)	(30.316)	(27.878)	(30.316)
Empréstimos concedidos a parte relacionadas	(11.953)	(15.967)	-	-
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas	-	1.125	-	-
Investimento em coligadas	(5.586)	(4.618)	(5.585)	(4.619)
Direito de uso	-	-	-	-
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	**(59.548)**	**(87.972)**	**(48.308)**	**(73.725)**
Novos empréstimos	163.084	248.572	163.083	248.572
Pagamentos de financiamentos e empréstimos	(67.394)	(104.592)	(67.394)	(105.473)
Pagamento de arrendamentos e parcerias agrícolas (CPC 06 (R2))	(54.149)		(54.149)	
Pagamento de empréstimos com partes relacionadas	-	(73)	2.495	832
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	**41.541**	**143.907**	**44.035**	**143.931**
Aumento no caixa e equivalentes a caixa	**15.418**	**19.834**	**12.547**	**19.504**
No início do período	66.929	50.136	107.827	85.672
No final do período	82.347	69.970	120.374	105.176
Aumento no caixa e equivalentes a caixa	**15.418**	**19.834**	**12.547**	**19.504**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receitas	**374.079**	**468.380**	**378.225**	**471.251**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços (inclui IPI)	398.559	466.023	401.313	468.890
Receita na alienação de ativo imobilizado	463	636	463	636
Outras receitas	3.210	2.292	4.609	2.296
Devolução de Vendas	(28.153)	(571)	(28.160)	(571)
Insumos adquiridos de terceiros	**(185.472)**	**(215.159)**	**(185.416)**	**(215.142)**
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(112.181)	(137.529)	(109.116)	(136.765)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(73.203)	(77.009)	(76.212)	(77.756)
Perda na alienação de ativo imobilizado	(88)	(621)	(88)	(621)
Valor adicionado bruto	**188.607**	**253.221**	**192.809**	**256.109**
Despesas de amortização/depreciação	**(61.593)**	**(55.615)**	**(63.701)**	**(57.389)**
Depreciação e amortização	(20.595)	(11.282)	(22.703)	(13.056)
Ativos biológicos colhidos	(40.998)	(44.333)	(40.998)	(44.333)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	**127.014**	**197.606**	**129.108**	**198.720**
Valor adicionado recebido em transferência	**33.608**	**44.201**	**41.495**	**51.675**
Resultado de equivalência patrimonial	(6.457)	(6.292)	95	141
Receitas financeiras	40.065	50.493	41.400	51.534
Valor adicionado total a distribuir	**160.622**	**241.807**	**170.603**	**250.395**
Pessoal:	**69.406**	**62.784**	**70.764**	**63.888**
Remuneração direta	54.246	51.079	55.460	51.999
Benefícios	10.081	7.274	10.125	7.383
FGTS	5.079	4.431	5.179	4.506
Impostos, taxas e contribuições:	**17.219**	**31.873**	**17.997**	**32.568**
Federais	(2.753)	12.579	(2.055)	13.120
Estaduais	19.972	19.294	20.073	19.444
Municipais	-	-	(21)	4
Remuneração de capitais de terceiros:	**118.509**	**117.250**	**126.268**	**124.193**
Juros e demais despesas financeiras	42.118	39.317	49.641	46.064
Perdas com variações cambiais	21.720	5.407	21.720	5.409
Aluguéis	34.068	45.536	34.304	45.702
Outras	20.603	26.990	20.603	27.018
Remuneração (perdas) de capitais próprios:	**(44.512)**	**29.900**	**(44.426)**	**29.746**
Lucros Retidos / (Prejuízo) do período	(44.512)	29.900	(44.426)	29.746
Valor adicionado distribuído	**160.622**	**241.807**	**170.603**	**250.395**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

1 - Contexto operacional

a) Controladora

A Usina Caeté S.A. é uma Companhia domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Rua Barão de Jaraguá, número 47, no bairro de Jaraguá, na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

O objetivo social da Companhia é o plantio e a industrialização da cana-de-açúcar e seus derivados industriais, a produção e comercialização de energia elétrica, a comercialização de seus produtos no mercado interno e externo e participação em outras Companhias. A principal atividade de industrialização é a produção de açúcar VHP (very high polarization), açúcar refinado, açúcar cristal, etanol anidro e hidratado.

Atualmente, o processo produtivo da Companhia concentra-se em 3 unidades industriais, sendo duas usinas localizadas no Estado de Alagoas e uma destilaria no Estado de São Paulo.

A Companhia está direcionando o volume a ser exportado em cotas preferenciais e produtos com maior valor agregado. Dessa forma, o volume fixado para a safra 26/27 está em 80% sobre o volume vendido, podendo ser aumentado caso o mercado apresente mais oportunidades que tragam maiores margens de retorno. As exportações correspondem a cerca de 40% da receita total.

A Administração entende que essas ações continuarão a produzir impactos positivos nos resultados futuros e na posição financeira da Companhia, garantindo-lhes plenas condições de continuar suas operações de forma crescente.

b) Controladas

SOTAN - Sociedade de Táxi Aéreo do Nordeste Ltda. (“SOTAN”)

Empresa limitada, sediada em Rio Largo – AL, na Rodovia BR-104, Aeroporto Zumbi dos Palmares. Opera no transporte aéreo de passageiros e de cargas na modalidade táxi aéreo, com operações regionais, nacionais e internacionais.

Varrela Pecuária Ltda. (“Varrela”)

Empresa limitada, sediada em São Miguel dos Campos – AL, na Fazenda Varrela, Zona Rural. Dedica-se à atividade pecuária, com foco na criação, manejo e desenvolvimento de rebanhos.

Companhia Energética de São Miguel dos Campos (“CESMC”)

Sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Miguel dos Campos – AL, na Fazenda São João, Zona Rural. Desenvolve um ecossistema integrado de geração de vapor e energia elétrica a partir de biomassa, com atividades principais na cogeração, no fornecimento de energia elétrica e vapor, além da prestação de serviços correlatos.

Posto Caeté Ltda. (“Posto”)

Empresa limitada, sediada em Delmiro Gouveia – AL, na Avenida Presidente Castelo Branco, 60. Dedica-se à atividade de comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, lubrificantes, mercadorias em lojas de conveniência, serviços de troca de óleo, lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores.

Estrutura de governança corporativa

Em 19 de abril de 2021, a Assembleia Geral deliberou sobre a instituição do Conselho Consultivo e sobre a modificação da composição da Diretoria, além de permitir a criação, pela Diretoria, de comitês e/ou grupos de trabalho multidisciplinares.

Desde então, a Diretoria vem sendo assessorada por um Conselho Consultivo constituído e estruturado na forma prevista no Estatuto Social para opinar sobre matérias consideradas estratégicas para a Companhia. O Conselho, que pode ser composto por até 06 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral com mandato de 01 (um) ano, atua emitindo pareceres e recomendações à Diretoria, enriquecendo o processo decisório na medida em que traz à discussão profissionais experientes, especializados e comprometidos com boas práticas de governança corporativa.

O Conselho Consultivo, que se reúne em caráter ordinário uma vez por mês, está composto pelo Conselheiro Presidente Jacyr da Silva Costa Filho, bem como pelos Conselheiros Aryl Pontes Lyra Filho, Maria Irene Sibaldo Leite, Moacir da Rocha Bastos e Luiz Humberto Guimarães de Castro Prado, esse último eleito como Conselheiro Independente.

A Diretoria, é constituída por 01 (um) Diretor Presidente e 03 (três) Diretores Sem Designação Específica. Foram eleitos para compor a Diretoria os Diretores Luiz Magno Epaminondas Tenório de Brito, Araken Barbosa de Miranda Júnior e Paulo Couto Ramalho de Castro, responsáveis, respectivamente, pelas áreas agroindustrial, financeira e administrativa, além do Diretor Presidente Aryl Pontes Lyra Filho.

A Diretoria poderá formar comitês e /ou grupos de trabalho multidisciplinares com fins de analisar e debater temas inerentes à gestão, cabendo a Diretoria determinar a sua criação e finalidade.

Tensões Geopolíticas

As tensões geopolíticas representam um risco para a empresa. O aumento dessas tensões em áreas-chave de produção de petróleo pode levar a flutuações nos preços dos produtos vendidos, taxas de câmbio, insumos e questões logísticas, dependendo da situação. Esses riscos podem afetar a receita e os custos operacionais da empresa.

Flutuações Climáticas

Riscos relacionados às condições climáticas podem impactar a empresa, especialmente geadas, problemas hídricos decorrentes de secas prolongadas e incêndios. Isso pode afetar negativamente a produtividade dos canaviais e, consequentemente, a produção de açúcar, etanol e outros coprodutos, influenciando as receitas, custos e o valor dos ativos biológicos.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações contábeis intermediárias individuais (“Controladora”) e consolidadas da Companhia (“Consolidado”) foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), e com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e a IAS 34 Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB.

As políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, controladora e consolidado, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis intermediárias referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2026 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

A emissão das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 06 de outubro de 2026.

2.2. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia, a saber:

a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras intermediárias. A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações contábeis intermediárias (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

b) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

2.3. Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto

	Percentual de participação			
	30/06/2026		31/03/2026	
Controladas	**Direta**	**Indireta**	**Direta**	**Indireta**
SOTAN- Sociedade de Táxi Aéreo do Nordeste ltda.	**63,93%**	**36,07%**	63,93%	36,07%
Varrela Pecuária Ltda	**86,85%**	**13,15%**	88,67%	11,33%
Posto Caeté Ltda	**100%**	**-**	100%	**-**
Companhia Energética de São Miguel dos Campos	**100%**	**-**	100%	-

As controladas são consolidadas a partir da data de aquisição, sendo está a data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir. As demonstrações contábeis intermediárias das controladas foram preparadas no mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, foram eliminados por completo.

Além das controladas diretas e indiretas relacionadas na tabela anterior, a Companhia possui outras participações societárias em controladas em conjunto e coligadas, conforme divulgado na Nota Explicativa n°12.

2.4. Reconhecimento de receita

A Controladora Usina Caeté S.A. comercializa açúcar, etanol, melaço, energia elétrica bagaço de cana, entre outros.

A controlada Sotan – Sociedade de Taxi Aéreo do Nordeste Ltda presta serviço de taxi aéreo, já a controlada Varrela Pecuária Ltda comercializa bovinos e ovinos e a controlada Companhia Energética de São Miguel dos Campos comercializa energia elétrica e vapor.

Para que a receita seja reconhecida, a Companhia segue a estrutura conceitual da norma, sendo as etapas de: identificação dos contratos com os clientes, identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos, determinação de preço da transação e alocação do preço da transação. Adicionalmente, as vendas dos produtos são reconhecidas sempre que ocorre a transferência de controle dos produtos para o cliente. A transferência de controle não ocorre até que os seguintes eventos ocorram: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

2.5. Tributação

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. As Controladas, assim como as controladoras, são tributadas pelo lucro real.

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Tributos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e

- valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos tributos sobre vendas.

O valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

2.7. Instrumentos financeiros

A Companhia adota o IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

O cálculo de impairment dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de “perdas de crédito esperadas e incorridas”, exigindo um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro.

a) Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados como (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação.

b) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos, parceria agrícola, partes relacionadas e outras contas a pagar, que são classificados como custo amortizado. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.8. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de venda.

O custo transferido de ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apurados na data do corte.

2.9. Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

O ágio é inicialmente mensurado pelo custo no valor que exceder: (a) a contraprestação transferida em troca do controle da adquirida; (b) o valor de qualquer participação não controladora na adquirida; e (c) o valor justo da participação anteriormente mantida pelo adquirente na adquirida (se houver) que exceder os valores, na data da aquisição, líquidos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, avaliados a valor justo. Se, após a reavaliação, a participação da Companhia no valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos exceder (a), (b) e (c) anteriores, o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho decorrente de compra vantajosa.

O ágio correspondente a entidades incorporadas é apresentado na rubrica específica "Intangível" no balanço patrimonial da controladora e consolidado.

Em cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pelo valor justo dessa participação ou pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida.

Custos de aquisição incorridos são contabilizados como despesas

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para sua correta classificação e designação, em conformidade com os termos do contrato, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. Isso inclui a separação de derivativos embutidos nos contratos principais por parte da adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação anteriormente detida pela adquirente na adquirida é mensurado novamente na data da aquisição a valor justo por meio do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é registrado ao custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas no valor recuperável. Para o teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que devem ser beneficiadas pela combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

2.10. Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo de certos itens do imobilizado foi reavaliado, por meio dos valores justos determinados por laudo emitido por especialista. Este procedimento de reavaliação foi efetuado em data anterior a 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para os CPCs e os valores da reavaliação foram adotados como custo atribuído no patrimônio líquido, conforme permitido na época.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para os períodos corrente e comparativo, são as seguintes:

Edificações e benfeitorias	25 anos
Formação de cana	5 anos
Instalações diversas e máquinas e equipamentos	2 a 10 anos
Máquinas e implementos agrícolas	1 a 5 anos
Móveis e utensílios	2 a 10 anos
Veículos	1 a 5 anos
Aeronaves	10 anos
Computadores e periféricos e equipamentos e aparelhos de telefonia	1 a 5 anos
Aparelhos e ferramentas	1 a 5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.11. Questões ambientais

Os parques industriais e as atividades relacionadas às plantações da Companhia estão sujeitas à regulamentação ambiental. A Companhia reduz os riscos associados a questões ambientais por meio de procedimentos e controles operacionais e investimentos em equipamentos e sistemas de controle da poluição. Com base nas leis e normas vigentes no Brasil, a administração da Companhia acredita que, atualmente, não é necessária nenhuma provisão para perdas referentes a questões ambientais.

2.12. Principais usos de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir:

a) Perda (*impairment*)

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) nos ativos imobilizados e intangíveis. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 13).

b) Valor justo dos ativos biológicos

Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados (Nota 7).

c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

d) Valor justo de instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros

Quando aplicável, o valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As premissas de tais técnicas se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço, quando for possível. No entanto, quando isso não for viável, é necessário um nível de julgamento para apuração do valor justo, em relação a dados como liquidez, risco de crédito e volatilidade.

e) Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

f) Taxa incremental dos arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

Os direitos de uso e passivos de arrendamentos e parceria agrícola são mensurados ao valor presente com base em fluxos de caixa descontados por meio de taxa incremental de empréstimo. Essa taxa média ponderada de empréstimo envolve estimativa, uma vez que consiste na taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes e em função do risco de crédito da arrendatária, do prazo do contrato e das garantidas oferecidas.

3 - Caixas e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	**31/03/2026**	**30/06/2026**	**31/03/2026**
Caixa e bancos	53.952	41.334	54.652	44.674
Aplicações financeiras	28.395	25.595	65.722	63.153
	82.347	**66.929**	**120.374**	**107.827**

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, indexadas ao Certificado de Deposito Interbancário CDI e em fundos conservadores de baixo risco, referenciados a cotas de títulos públicos indexadas em média a 98,26% do CDI (98,11% em março de 2026) e são realizadas com instituições de primeira linha para minimizar o risco de crédito, política essa adotada pela Companhia no gerenciamento desses ativos financeiros.

As informações sobre os riscos de créditos, taxa de juros e outros riscos relacionados a esses ativos são apresentadas na Nota 29 (Instrumentos financeiros).

4 - Aplicações financeiras – Ativo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	**31/03/2026**	**30/06/2026**	**31/03/2026**
Aplicações financeiras	76.055	72.707	76.131	72.782
	76.055	**72.707**	**76.131**	**72.782**

As aplicações financeiras são vinculadas (garantias) às operações financeiras através de cédulas de crédito industrial e bancária, liquidáveis em longo prazo.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, indexadas ao Certificado de Deposito Interbancário CDI e em fundos conservadores de baixo risco, referenciados a cotas de títulos públicos indexadas em media a 98,26% do CDI (98,11% em março de 2026) e são realizadas com instituições de primeira linha para minimizar o risco de crédito, política essa adotada pela Companhia no gerenciamento desses ativos financeiros.

As informações sobre os riscos de créditos, taxa de juros e outros riscos relacionados a esses ativos são apresentadas na Nota 29 (Instrumentos financeiros).

5 - Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo seu valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	**31/03/2026**	**30/06/2026**	**31/03/2026**
Clientes país	69.010	101.920	72.748	104.760
Clientes do exterior	-	4.225	-	4.225
	69.010	**106.145**	**72.748**	**108.985**
(-) Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	(862)	(862)	(1.664)	(1.664)
	68.148	**105.283**	**71.084**	**107.321**

O contas a receber por idade de vencimento está representado por:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	**31/03/2026**	**30/06/2026**	**31/03/2026**
A vencer	66.175	103.616	67.375	105.096
Vencidos até 30 dias	1.394	1.466	2.578	1.611
Vencidos de 31 a 60 dias	243	146	271	179
Vencidos de 61 a 90 dias	143	55	165	106
Vencidos de 91 a 120 dias	143	-	262	26
Vencidos de 121 a 180 dias	50	-	113	303
Vencidos de acíma de 181 dias	862	862	1.984	1.664
Total	**69.010**	**106.145**	**72.748**	**108.985**

O risco de crédito das contas a receber advém de a possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento de seu saldo devedor.

A Companhia adota como critério para reconhecimento das provisões considerando: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro.

Nesse período a Companhia reverteu a provisão para crédito de liquidação duvidosa, no montante de R$ 862, como também constituiu a provisão de R$ 862 (apresentado como provisão para perdas na realização de ativos na demonstração do fluxo de caixa). Abaixo, a movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	**31/03/2026**	**30/06/2026**	**31/03/2026**
Saldo inicial	(862)	(870)	(1.664)	(1.906)
Constituição no período	(862)	(862)	(1.664)	(1.664)
Reversão no período	862	870	1.664	1.906
Saldo final	**(862)**	**(862)**	**(1.664)**	**(1.664)**

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionados a contas a receber de clientes e a outras contas, são divulgadas na Nota 29.

6 - Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	**31/03/2026**	**30/06/2026**	**31/03/2026**
Produtos acabado-açúcar (a)	161.082	290.005	161.082	290.005
Produtos acabado-etanol (a)	40.534	39.123	40.534	39.123
Melaço - p/ etanol	935	521	935	521
Total de produtos acabados	**202.551**	**329.649**	**202.551**	**329.649**
Mercadoria de Revenda	-	-	739	36
Custos de entressafra (b)	78.092	25.403	84.387	25.403
Insumos, materiais auxiliares, para manutenção e outros	54.737	43.349	61.211	49.179
Adiantamento a fornecedores de matéria prima	128.712	103.934	128.712	103.934
	464.092	**502.335**	**477.600**	**508.201**

(a) A manutenção de entressafra é referente aos gastos incorridos na manutenção de equipamentos industriais e agrícolas que são acumulados no decorrer da entressafra para apropriação ao custo de produção industrial e agrícola na safra seguinte. Nas unidades do nordeste, esses valores tendem a crescer de abril a agosto de cada ano, enquanto a unidade em SP os montantes são registrados entre novembro a março.

(b) Refere-se a adiantamentos que serão compensados por fornecimento de cana-de-açúcar na próxima safra 2026/2027.

Estoques de etanol são controlados através de medições mensais de evaporação, e as perdas com açúcar são realizadas no final de cada safra. Em 30 de junho de 2026, a Administração da Companhia avaliou, no período atual, os volumes do estoque e concluiu como imaterial a necessidade de constituição de provisão para redução aos valores de realização.

7 - Ativos biológicos

	30/06/2026	31/03/2026
Saldo inicial	95.206	164.895
Adições com tratos de cana	57.570	230.737
Absorção dos custos de cana colhida	(22.053)	(217.669)
Mudança de valor justo menos despesas estimadas de vendas	-	(82.757)
Saldo final	**130.723**	**95.206**
Composto por:		
Custo histórico	258.512	222.995
Valor justo	(127.789)	(127.789)

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. A cada colheita, são realizados os tratos culturais, que proporcionam melhores condições para o crescimento e desenvolvimento da lavoura após a colheita. Com a realização desse processo, a lavoura de cana-de-açúcar (ativo imobilizado) ganha produtividade e consequentemente aumento da sua vida útil. Sendo assim, os dispêndios com tratos culturais são classificados no grupo de atividades de investimentos da demonstração do fluxo de caixa. Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas. A mensuração a valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação de: (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável); e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e

b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Transbordo e Transporte - CTT; (iii) custo de capital (terras, máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

São as seguintes premissas utilizadas na determinação do valor justo:

	30/06/2026	31/03/2026
Unidade Caeté		
Área estimada de colheita (hectares)	21.698	21.698
Produtividade prevista (tons cana p/hectare)	74,94	74,94
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	135,62	135,62
Valor do Kg de ATR	1,2424	1,2424
Unidade Marituba		
Área estimada de colheita (hectares)	8.439	8.439
Produtividade prevista (tons cana p/hectare)	76,66	76,66
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	135,62	135,62
Valor do Kg de ATR	1,2424	1,2424
Unidade Paulicéia		
Área estimada de colheita (hectares)	19.723	19.723
Produtividade prevista (tons cana p/hectare)	65,42	65,42
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	138,88	138,88
Valor do Kg de ATR	1,1529	1,1529

Com base nas estimativas de receitas e despesas, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados que serão gerados e valor presente que quantidade, considerando uma taxa de desconto real de 8,80% (8,80% em 31 de março 2026) ao ano, que é o WACC (Weighted Average Capital Cost - Custo Médio Ponderado do Capital) da Companhia, o qual é revisado anualmente pela administração. As alterações no valor justo são apresentadas como “As alterações no valor justo dos ativos biológicos”.

O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período, menos os custos incorridos de plantio no desenvolvimento e depreciação dos ativos biológicos no período.

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes de mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Por consequência dessas exposições, o resultado das safras futuras pode ser afetado, aumentado ou reduzido.

Análise de sensibilidade do valor justo

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 30 de junho de 2026, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis:

(i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e(ii) volume de produção de cana-de-açúcar.

As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 10% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R$ 29.215. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 10%, resultaria em um aumento ou redução de R$ 29.215.

8 - Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	**31/03/2026**	**30/06/2026**	**31/03/2026**
Ativo circulante				
Imposto de renda e contribuição social	5.507	5.057	6.608	6.126
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	83.067	82.054	83.403	82.196
IPI - Imposto Produtos Industrializados	2.329	2.300	2.357	2.328
PIS - Programa de Integração Social (a)	7.514	8.562	8.410	9.360
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (a)	42.101	45.542	46.216	49.214
Outros	256	369	257	377
	140.774	**143.884**	**147.251**	**149.601**
Circulante	134.106	137.244	140.339	142.755
Não circulante	6.668	6.640	6.912	6.846
	140.774	**143.884**	**147.251**	**149.601**

(a) O PIS e a COFINS a recuperar referem-se a créditos gerados dos insumos das exportações de açúcar e etanol. Sua compensação dar-se-á com o débito dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, à medida que seja apurado saldo devedor e for permitida a compensação. O saldo residual é feito pedido de ressarcimento, no qual estão classificados no longo prazo.

Os saldos de tributos a recuperar advêm de transações mercantis, apresentados pela expectativa de realização. A Administração avaliou o impacto dos ajustes a valor presente dos tributos a recuperar como imaterial.

9 - Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	**31/03/2026**	**30/06/2026**	**31/03/2026**
Adiantamento a fornecedores diversos	13.654	4.538	15.105	4.918
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás	4.741	4.741	4.741	4.741
Outros	7.940	3.042	10.392	3.912
	26.335	**12.321**	**30.238**	**13.571**
Circulante	25.314	10.751	28.756	11.512
Não circulante	1.021	1.570	1.482	2.059
	26.335	**12.321**	**30.238**	**13.571**

10 - Operações com partes relacionadas

a. Controladora e controlador final

A Companhia é controlada pela LAGENSE S.A. ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES, que por sua vez é controlada pela Sra Elizabeth Anne Lyra Lopes de Farias, controladora final do Grupo.

b. Operações com pessoal chave

O pessoal chave da administração da Companhia é composto pela Diretoria eleita em Assembleia Geral Ordinária.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da administração durante o exercício de 30 de junho de 2026 a título de benefícios de curto prazo foi de R$ 5.329 (R$ 5.135 em 31 de março de 2026). A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios pós emprego.

c. Principais saldos e transações que afetaram o resultado:

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025, bem como as operações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025, relativas às transações com partes relacionadas são:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/03/2026	30/06/2026	31/03/2026
Ativo				
Não circulante				
Mútuos				
Lagense S.A. Administração e Participações.	1.017	1.012	1.017	1.012
Posto Caeté Ltda	3.182	1.036	-	-
NVKL - Investimentos e Participações	38	-	38	-
Companhia Energética de São Miguel dos Campos	14.771	5.007	-	-
	19.008	**7.055**	**1.055**	**1.012**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/03/2026	30/06/2026	31/03/2026
Passivo				
Não Circulante				
Mútuos				
Elizabeth Anne Lyra Lopes de Farias	-	-	600	600
Posto Caeté Ltda	-	-	2.538	-
	-	**-**	**3.138**	**600**

Os saldos de mútuos ativos e passivos não circulante referem-se a mútuos sem incidência de encargos financeiros e sem previsão de data para liquidação.

Operações reconhecidas no resultado

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receitas de produtos ou serviços				
Companhia Energética de São Miguel dos Campos	3.450	1.126	-	-
Posto Caeté Ltda	3.575	-	-	-
Caetex Florestal S/A	478	733	478	733
	7.503	1.859	478	733
Compra de Produtos ou Serviços				
Companhia Energética de São Miguel dos Campos	414	697	-	-
	414	**697**	**-**	**-**

A Usina Caeté S.A. fornece biomassa para a Companhia Energética de São Miguel dos Campos, que, por sua vez, fornece energia elétrica, vapor e outras utilidades.

11 - Imposto de renda e contribuição social - diferidos

O Imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

O Imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Controladora			
	Saldo em 31/03/2026	Resultado	Realização	Saldo em 30/06/2026
Ativo				
Prejuízo Fiscal	52.103	5.793	-	57.896
Base de Cálculo Negativa da Cont. Social	18.757	16.090	-	34.847
Provisão para devedores duvidosos	295	-	-	295
Provisão para contingências	1.315	(440)	-	875
Ativo Biológico	43.449	-	-	43.449
	115.919	**21.443**	**-**	**137.362**
Passivo				
Valor presente s/empréstimos e financiamentos	137.399	1.451	-	138.850
Reserva de reavaliação	7.031	(103)	-	6.928
	144.430	**1.348**	**-**	**145.778**
Líquido (passivo-ativo)	**28.511**	**(20.095)**	**-**	**8.416**

	Consolidado			
	Saldo em 31/03/2026	Resultado	Realização	Saldo em 30/06/2026
Ativo				
Prejuízo Fiscal	125.858	5.793	-	**131.651**
Base de Cálculo Negativa da Cont. Social	45.309	16.090	-	**61.399**
Provisão para devedores duvidosos	295	-	-	**295**
Provisão para contingências	1.315	(440)	-	**875**
Ativo Biológico	43.449	-	-	**43.449**
	216.226	**21.443**	-	**237.669**
Passivo				
Valor presente s/empréstimos e financiamentos	137.399	1.451	-	**138.850**
Reserva de reavaliação	7.031	(103)	-	**6.928**
	144.430	**1.348**	-	**145.778**
Líquido (passivo-ativo)	**(71.796)**	**(20.095)**	-	**(91.891)**

A Companhia possui créditos tributários sobre prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social a compensar:

	Controladora	
	30/06/2026	**31/03/2026**
a. Prejuízos fiscais do imposto de renda	272.771	208.410
b. Base negativa de contribuição social	272.771	208.410

	Consolidado	
	30/06/2026	**31/03/2026**
a. Prejuízos fiscais do imposto de renda	700.613	627.249
b. Base negativa de contribuição social	759.111	685.746

A Companhia adotou a interpretação IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro. Essa interpretação aborda a contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incertezas que afetam a aplicação da IAS 12 (CPC 32). A entidade deve avaliar se cada tratamento tributário incerto será considerado individualmente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos, adotando a abordagem que melhor estime a resolução da incerteza. A Companhia não identificou impactos relevantes decorrentes da sua adoção.

12 - Investimento e provisão para perdas com investimentos

	Controladora							
Em 30 de junho de 2026	**SOTAN - Sociedade de Táxi Aéreo do Nordeste**	**Varrela Pecuária Ltda**	**Companhia Energética de São Miguel dos Campos**	**Caetex Florestal S/A**	**Alpha Participações Ltda**	**Posto Caeté Ltda**	**Copersucar S/A**	**Total**
Método de avaliação	MEP	MEP	MEP	MEP	MEP	MEP	CUSTO	
Ativo total	44.730	10.415	157.839	583.518	10.610	6.007	10.980.372	**11.793.491**
Capital social	104.752	73.019	124.818	280.661	23.000	800	1.775.196	**2.382.246**
Patrimônio Líquido	43.602	6.571	(104.242)	339.189	10.601	498	1.798.747	**2.094.966**
Lucro/Prejuízo do período	290	(145)	(6.334)	(422)	563	(277)	43.853	**37.528**
Percentual de participação	63,93%	86,85%	100%	18,82%	30%	100%	2,03%	
Resultado da equivalência patrimonial	185	(125)	(6.334)	(74)	169	(277)	-	**(6.456)**
Saldo de investimentos	**27.875**	**5.707**	**-**	**59.753**	**3.180**	**498**	**19.440**	**116.453**
Provisão para perdas em investimentos	**-**	**-**	**104.242**	**-**	**-**	**-**	**-**	**104.242**

	Controladora							
Em 31 de março de 2026	**SOTAN - Sociedade de Táxi Aéreo do Nordeste**	**Varrela Pecuária Ltda**	**Companhia Energética de São Miguel dos Campos**	**Caetex Florestal S/A**	**Alpha Participações Ltda**	**Posto Caeté Ltda**	**Copersucar S/A**	**Total**
Ativo total	45.530	10.253	152.689	563.780	10.048	2.406	11.167.546	**11.952.252**
Capital social	104.752	73.019	124.818	262.741	23.000	800	1.775.196	**2.364.326**
Patrimônio Líquido	43.312	6.716	(97.908)	321.691	10.037	775	2.367.289	**2.651.912**
Lucro/Prejuízo do exercício	2.319	(2.073)	(9.672)	(11.682)	1.614	(25)	630.900	**611.381**
Percentual de participação	63,93%	86,85%	100%	18,82%	30%	100%	2,03%	
Resultado da equivalência Patrimonial	1.483	(1.831)	(9.672)	(2.238)	484	(25)	-	**(11.799)**
Saldo de investimentos	**27.689**	**5.833**	**-**	**60.535**	**3.011**	**775**	**13.855**	**111.698**
Provisão para perdas em investimentos	**-**	**-**	**97.908**	**-**	**-**	**-**	**-**	**97.908**

	Consolidado			
Em 30 de junho de 2026	**Caetex Florestal S/A**	**Alpha Participações Ltda**	**Copersucar S/A**	**Total**
Método de avaliação	MEP	MEP	CUSTO	
Ativo total	583.518	10.610	10.980.372	**11.574.500**
Capital social	280.661	23.000	1.775.196	**2.078.857**
Patrimônio Líquido	339.189	10.601	1.798.747	**2.148.537**
Lucro/Prejuízo do período	(422)	563	43.853	**43.994**
Percentual de participação	18,82%	30,00%	2,03%	
Resultado da equivalência patrimonial	(73)	169	-	**96**
Saldo de investimentos	**59.753**	**3.180**	**19.441**	**82.374**

Em 31 de março de 2026	**Caetex Florestal S/A**	**Alpha Participações Ltda**	**Copersucar S/A**	**Total**
Ativo total	563.780	10.048	11.167.546	**11.741.374**
Capital social	262.741	23.000	1.775.196	**2.060.937**
Patrimônio Líquido	321.691	10.037	2.367.289	**2.699.017**
Lucro/Prejuízo do exercício	(11.682)	1.614	630.900	**620.832**
Percentual de participação	18,82%	30,00%	2,03%	
Resultado da equivalência patrimonial	(2.237)	484	-	**(1.753)**
Saldo de investimentos	**60.536**	**3.011**	**13.855**	**77.402**

Movimentação:

	Controladora		
	Investimentos	**Provisão para perdas em Investimentos**	**Resultado do período**
Saldo em 31 de março de 2026	**111.698**	**(97.908)**	**-**
Integralização de capital	5.586	-	
Ajuste de avaliação patrimonial	(709)	-	
Resultado de equivalência patrimonial	(122)	(6.334)	**(6.456)**
Saldo em 30 de junho de 2026	**116.453**	**(104.242)**	**(6.456)**

	Consolidado		
	Investimentos	**Provisão para perdas em Investimentos**	**Resultado do período**
Saldo em 31 de março de 2026	**77.402**	**-**	**-**
Integralização de capital	5.585	-	**-**
Ajuste de avaliação patrimonial	(709)	-	**-**
Resultado de equivalência patrimonial	96	-	**96**
Saldo em 30 de junho de 2026	**82.374**	**-**	**96**

	Controladora		
	Investimentos	Provisão para perdas em Investimentos	Resultado do período
Saldo em 31 de março de 2025	107.685	(88.236)	-
Integralização de capital	4.618	-	
Ajuste de avaliação patrimonial	703	-	
Resultado de equivalência patrimonial	(1.437)	(4.855)	(6.292)
Saldo em 30 de junho de 2025	111.569	(93.091)	(6.292)

	Consolidado		
	Investimentos	Provisão para perdas em Investimentos	Resultado do período
Saldo em 31 de março de 2025	74.716	-	-
Integralização de capital	4.619	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	702	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	141	-	14 1
Saldo em 30 de junho de 2025	80.178	-	14 1

13 - Imobilizado

a. Composição do saldo

	Controladora			
	30/06/2026			31/03/2026
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Em uso				
Terras	11.672	-	11.672	**11.672**
Edificações e benfeitorias	217.842	(64.131)	153.711	**156.067**
Formação de cana	670.070	(280.752)	389.318	**380.386**
Instalações diversas	87.591	(69.885)	17.706	**18.411**
Máquinas e equipamentos	704.181	(386.949)	317.232	**327.863**
Máquinas e implementos agrícolas	121.659	(73.697)	47.962	**50.006**
Moveis e utensílios	8.559	(3.760)	4.799	**4.807**
Veiculos	36.781	(27.674)	9.107	**8.699**
Aeronaves	-	-	-	**-**
Computadores e periféricos	7.401	(5.190)	2.211	**2.312**
Aparelhos e ferramentas	14.564	(9.040)	5.524	**5.388**
Equipamentos e aparelhos de telefonia	2.117	(1.471)	646	**682**
	1.882.437	**(922.549)**	**959.888**	**966.293**
Imobilização em andamento	47.379	-	47.379	**40.709**
Adiantamento p/ aquisição Imobilizado	516	-	516	**1.692**
	1.930.332	**(922.549)**	**1.007.783**	**1.008.694**

	Consolidado			
	30/06/2026			31/03/2026
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Em uso				
Terras	12.941	-	12.941	**12.941**
Edificações e benfeitorias	220.264	(64.367)	155.897	**158.270**
Formação de cana	670.071	(280.753)	389.318	**380.386**
Instalações diversas	87.613	(69.893)	17.720	**18.426**
Máquinas e equipamentos	776.523	(416.549)	359.974	**371.649**
Máquinas e implementos agrícolas	122.327	(74.019)	48.308	**50.377**
Móveis e utensílios	8.807	(3.873)	4.934	**4.946**
Veículos	37.061	(27.803)	9.258	**8.861**
Aeronaves	6.191	(1.155)	5.036	**5.344**
Computadores e periféricos	7.722	(5.338)	2.384	**2.445**
Aparelhos e ferramentas	15.282	(9.441)	5.841	**5.727**
Equipamentos e aparelhos de telefonia	2.117	(1.471)	646	**683**
	1.966.919	**(954.662)**	**1.012.257**	**1.020.055**
Imobilização em andamento	47.379	-	47.379	**40.709**
Adiantamento p/ aquisição imobilizado	1.072	-	1.072	**2.249**
	2.015.370	**(954.662)**	**1.060.708**	**1.063.013**

b. Movimentação	Saldo em 31/03/2026	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 30/06/2026
	Controladora					
Em uso						
Terras	11.672	-	-	-	-	**11.672**
Edificações e benfeitorias	156.067	-	-	(2.356)	-	**153.711**
Formação de cana	380.386	27.878	-	(18.946)	-	**389.318**
Instalações diversas	18.411	7	-	(712)	-	**17.706**
Máquinas e equipamentos	327.863	617	(10)	(11.364)	126	**317.232**
Máquinas e implementos agrícolas	50.006	2.578	-	(4.622)	-	**47.962**
Moveis e utensílios	4.807	194	(47)	(156)	1	**4.799**
Veículos	8.699	1.036	(26)	(602)	-	**9.107**
Computadores e periféricos	2.312	131	(1)	(231)	-	**2.211**
Aparelhos e ferramentas	5.388	574	(3)	(435)	-	**5.524**
Equipamentos e aparelhos de telefonia	682	25	(1)	(60)	-	**646**
	966.293	**33.040**	**(88)**	**(39.484)**	**127**	**959.888**
Imobilização em andamento	40.709	6.797	-	-	(127)	**47.379**
Adiantamento p/ aquisição imobilizado	1.692	(1.176)	-	-	-	**516**
	1.008.694	**38.661**	**(88)**	**(39.484)**	**-**	**1.007.783**

	Consolidado					
	Saldo em 31/03/2026	**Adições**	**Baixas**	**Depreciação**	**Transferências**	**Saldo em 30/06/2026**
Em uso						
Terras	12.941	-	-	-	-	**12.941**
Edificações e benfeitorias	158.270	-	-	(2.373)	-	**155.897**
Formação de cana	380.386	27.878	-	(18.946)	-	**389.318**
Instalações diversas	18.426	7	-	(713)	-	**17.720**
Máquinas e equipamentos	371.649	1.275	(10)	(13.066)	126	**359.974**
Máquinas e implementos agrícolas	50.377	2.578	-	(4.647)	-	**48.308**
Moveis e utensílios	4.946	197	(47)	(163)	1	**4.934**
Veículos	8.861	1.036	(26)	(613)	-	**9.258**
Aeronaves	5.344	-	-	(308)	-	**5.036**
Computadores e periféricos	2.445	182	(1)	(242)	-	**2.384**
Aparelhos e ferramentas	5.727	577	(3)	(460)	-	**5.841**
Equipamentos e aparelhos de telefonia	683	24	(1)	(60)	-	**646**
	1.020.055	**33.754**	**(88)**	**(41.591)**	**127**	**1.012.257**
Imobilização em andamento	40.709	6.797	-	-	(127)	**47.379**
Adiantamento p/ aquisição imobilizado	2.249	(1.177)	-	-	-	**1.072**
	1.063.013	**39.374**	**(88)**	**(41.591)**	**-**	**1.060.708**

	Controladora					
	Saldo em 31/03/2025	**Adições**	**Baixas**	**Depreciação**	**Transferências**	**Saldo em 30/06/2025**
Em uso						
Terras	11.672	-	-	-	-	**11.672**
Edificações e benfeitorias	118.299	-	-	(870)	7.510	**124.939**
Formação de cana	369.413	30.316	-	(19.886)	-	**379.843**
Instalações diversas	18.338	-	(4)	(440)	-	**17.894**
Máquinas e equipamentos	312.814	292	(35)	(4.618)	(158)	**308.295**
Máquinas e implementos agrícolas	50.298	323	(10)	(4.296)	-	**46.315**
Moveis e utensílios	3.858	404	(10)	(86)	-	**4.166**
Veiculos	5.460	366	(468)	(364)	-	**4.994**
Aeronaves	1.381	-	-	(37)	-	**1.344**
computadores e periféricos	2.504	118	(23)	(202)	(6)	**2.391**
Aparelhos e ferramentas	5.189	397	(11)	(254)	1	**5.322**
Equipamentos e aparelhos de telefonia	671	136	(65)	(58)	-	**684**
	899.897	**32.352**	**(626)**	**(31.111)**	**7.347**	**907.859**
Imobilização em andamento	46.101	26.286	-	-	(7.347)	**65.040**
Adiantamento p/ aquisição Imobilizado	1.414	186	-	-	-	**1.600**
	947.412	**58.824**	**(626)**	**(31.111)**	**-**	**974.499**

	Consolidado					
	Saldo em 31/03/2025	**Adições**	**Baixas**	**Depreciação**	**Transferências**	**Saldo em 30/06/2025**
Em uso						
Terras	12.835	-	-	-	-	**12.835**
Edificações e benfeitorias	119.769	21	-	(886)	7.510	**126.414**
Formação de cana	369.413	30.316	-	(19.886)	-	**379.843**
Instalações diversas	18.355	-	(4)	(441)	-	**17.910**
Máquinas e equipamentos	361.687	861	(35)	(6.325)	(158)	**356.030**
Máquinas e implementos agrícolas	50.312	323	(10)	(4.304)	-	**46.321**
Moveis e utensílios	3.968	405	(10)	(92)	-	**4.271**
Veículos	5.666	366	(468)	(376)	-	**5.188**
Aeronaves	1.428	-	-	(38)	-	**1.390**
Computadores e periféricos	2.582	119	(23)	(206)	(6)	**2.466**
Aparelhos e ferramentas	5.495	399	(11)	(272)	1	**5.612**
Equipamentos e aparelhos de telefonia	672	136	(65)	(57)	-	**686**
	952.182	**32.946**	**(626)**	**(32.883)**	**7.347**	**958.966**
Imobilização em andamento	46.431	262.85	-	-	(7.347)	**65.369**
Adiantamento p/ aquisição imobilizado	1.413	187	-	-	-	**1.600**
	1.000.026	**59.418**	**(626)**	**(32.883)**	**-**	**1.025.935**

Provisão para redução ao valor recuperável

A Companhia avalia a cada exercício se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações contábeis e são revisados anualmente.

Para o exercício findo em 31 de março de 2025, foi realizado teste de recuperabilidade do ativo imobilizado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração.

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado considerou-se a Usina Caeté S.A. como uma única unidade geradora de caixa.

A companhia realizou teste de valor recuperável do ativo imobilizado em 31 de março de 2025, por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada para um período de 5 (cinco) anos.

As principais premissas e estimativas envolvidas são a estimativa dos preços de venda de açúcar e etanol, produtividade industrial histórica e estimada, custos relacionados aos processos produtivo e outros dados macroeconômicos. As projeções de caixa foram preparadas considerando as seguintes premissas:

	2026
Taxa de crescimento médio da receita operacional liquida	**7,82%**
Taxa de desconto	**4,97%**

O teste de recuperabilidade do ativo imobilizado não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas para o exercício findo em 31 de março de 2025, visto que o valor recuperável excede o valor líquido na data da avaliação.

Em decorrência de determinados empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, bens do ativo imobilizado, no montante de R$ 359.694 (R$ 358.371 em 31 de março de 2026) encontram-se gravados em garantia dos credores, conforme detalhado na Nota Explicativa 16.

14 - Direito de uso, arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

A Companhia adota o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos que estabelece um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo é reconhecido como um ativo e a obrigação dos pagamentos como um passivo.

A seguir, algumas definições:

Arrendamento

A Companhia considera arrendamento todo contrato que, mediante contraprestação, lhe transferem o direito de controlar o uso de um ativo por determinado período. Dessa forma, os contratos de parceria agrícola foram contabilizados no escopo da norma contábil, não obstante tenham natureza jurídica diversa aos arrendamentos.

Arrendatária

A Companhia adotou a abordagem simplificada de efeito cumulativo e os seguintes critérios: (i) passivo: saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, líquidos dos adiantamentos realizados e descontados pela média de cotação de contratos futuros da DI (cupom de juros nominal) com prazos equivalentes aos contratos de parceria e arrendamento; e (ii) ativo: valor equivalente ao passivo ajustado a valor presente. A remensuração do direito de uso e do saldo a pagar é realizada anualmente, na variação do índice com metodologia do Consecana-SP para o Estado de São Paulo e Sindiaçúcar-AL para o Estado de Alagoas.

Não foram reconhecidos ativos e passivos para contratos de baixo valor (computadores, telefones e equipamentos de informática em geral) e/ou vigência limitada a 12 meses. Os pagamentos associados a esses contratos foram registrados como despesa pelo método linear.

A movimentação do direito de uso foi a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	Arrendamentos	**Parcerias agrícolas**	**Veículos, máquinas e implementos**	**Total**
Saldo em 31 de março de 2026	**17.824**	**584.133**	**106.610**	**708.567**
(+) Novos contratos	460	12.591	3.366	**16.417**
(-) Baixa de contratos	(532)	(12.929)	(403)	**(13.864)**
(+/-) Remensuração	2	(149)	(1.435)	**(1.582)**
(-) Amortização/Depreciação	(1.070)	(20.485)	(12.801)	**(34.356)**
Saldo em 30 de junho de 2026	**16.684**	**563.161**	**95.337**	**675.182**

A movimentação do arrendamento a pagar e da parceria agrícola a pagar foi a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	Arrendamentos	**Parcerias agrícolas**	**Veículos, máquinas e implementos**	**Total**
Saldo em 31 de março de 2026	**19.367**	**620.897**	**111.952**	**752.216**
(+) Novos contratos	460	12.591	3.366	**16.417**
(-) Baixa de contratos	(532)	(12.929)	(403)	**(13.864)**
(+/-) Remensuração	1	(148)	(1.435)	**(1.582)**
(+) Juros	768	25.640	5.077	**31.485**
(-) Pagamentos	(1.380)	(36.185)	(16.584)	**(54.149)**
Saldo em 30 de junho de 2026	**18.684**	**609.866**	**101.973**	**730.523**
Circulante	5.638	111.990	46.996	**164.624**
Não Circulante	13.046	497.876	54.977	**565.899**

Os saldos de arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Vencimentos	Controladora e Consolidado
2027	51.813
2028	77.109
2029	67.186
2030	49.550
2031	35.298
2032	27.642
2033 a 2060	257.301
	565.899

15 - Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	**31/03/2026**	**30/06/2026**	**31/03/2026**
Fornecedores de cana de açúcar	22.959	31.369	22.959	31.369
Fornecedores diversos	58.769	62.881	61.357	65.803
	81.728	**94.250**	**84.316**	**97.172**

A exposição da Companhia a riscos de liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na Nota 29.

16 - Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e subsequentemente mensurados pelo valor amortizado nos respectivos vencimentos, conforme demonstrados pelo valor contábil. Para mais informações sobre a exposição do grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota 29.

Para mais informações sobre a exposição do grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota 29.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/03/2026	**30/06/2026**	31/03/2026
Passivo circulante				
Empréstimos bancários garantidos	340.516	237.331	347.894	244.814
Passivo não circulante				
Empréstimos bancários garantidos	1.227.218	1.229.282	1.451.305	1.453.261
Ajuste a valor presente	(402.427)	(403.828)	(402.427)	(403.828)
	824.791	825.454	1.048.878	1.049.433
	1.165.307	**1.062.785**	**1.396.772**	**1.294.247**

Os empréstimos estavam compostos da seguinte forma em 30 de junho de 2026:

			Controladora			
	Encargos financeiros		30/06/2026		31/03/2026	
Tipo	**Indexador**	**Taxa média anual de juros**	**Valor Nominal**	**Valor Contábil**	**Valor Nominal**	**Valor Contábil**
Finame	R$	SELIC + 6,11% a.a até selic + 6,70% a.a.	6.245	6.245	7.541	7.541
Capital de Giro – Exportação	US$	V.C.	370	370	373	373
ACC	US$	V.C + 4,8% a.a até 9,0% a.a.	76.804	76.804	15.701	15.701
Pré Pagamento Exportação	US$	V.C + 2,00% a.a.	420.605	18.178	422.105	18.277
Cédula de Crédito Bancário	R$	CDI + Juros 3,5300% a 4,9270% a.a. / Juros de 3,53% a 17,2384% a.a. / SELIC + 2,89a.a. / IPCA + 10,4949% até 12,9929%a.a.	471.860	471.860	403.109	403.109
Cédula Crédito Exportação	R$	CDI + 2,4200%a.a	55.102	55.102	62.700	62.700
Debêntures	R$	IPCA + 8,2870% a.a. / 13,8973% a.a.	190.419	190.419	193.353	193.353
CRA	R$	CDI + 2,95% a.a. até CDI + 4% a.a. / 17,76% a.a.	243.850	243.850	258.078	258.078
CPR	R$	CDI + 2,10% a.a. até CDI + 5% a.a.	85.203	85.203	97.180	97.180
Nota Comercial	R$	CDIC+3,0000%a.a. até CDIC + 4% a.a.	16.277	16.277	6.473	6.473
Cartão BNB	R$	10,3000%a.a.	999	999	-	-
			1.567.734	**1.165.307**	**1.466.613**	**1.062.785**

			Consolidado			
	Encargos financeiros		30/06/2026		31/03/2026	
Tipo	**Indexador**	**Taxa média anual de juros**	**Valor Nominal**	**Valor Contábil**	**Valor Nominal**	**Valor Contábil**
Finame	R$	SELIC + 6,11% a.a até selic + 6,70% a.a.	6.245	6.245	7.541	7.541
Capital de Giro – Exportação	US$	V.C.	370	370	373	373
ACC	US$	V.C + 4,8% a.a até 9,0% a.a.	76.804	76.804	15.701	15.701
Pré Pagamento Exportação	US$	V.C + 2,00% a.a.	420.605	18.178	422.105	18.277
Cédula de Crédito Bancário	R$	CDI + Juros 3,5300% a 4,9270% a.a. / Juros de 3,53% a 17,2384% a.a. / SELIC + 2,89a.a. / IPCA + 5,2300% a.a IPCA + 11.5495% a.a.	703.326	703.325	634.571	634.571
Cédula Crédito Exportação	R$	CDI + 2,4200%a.a	55.102	55.102	62.700	62.700
Debêntures	R$	IPCA + 8,2870% a.a. / 13,8973% a.a.	190.419	190.419	193.353	193.353
CRA	R$	CDI + 2,95% a.a. até CDI + 4% a.a. / 17,76% a.a.	243.850	243.850	258.078	258.078
CPR	R$	CDI + 2,10% a.a. até CDI + 5% a.a.	85.203	85.203	97.180	97.180
Nota Comercial	R$	CDIC+3,0000%a.a. até CDIC + 4% a.a.	16.277	16.277	6.473	6.473
Cartão BNB	R$	10,3000%a.a.	999	999		
			1.799.200	**1.396.772**	**1.698.075**	**1.294.247**

A movimentação dos saldos de financiamentos e empréstimos está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	**31/03/2026**	**30/06/2026**	**31/03/2026**
Saldo inicial	1.062.785	893.981	1.294.247	1.127.300
Captações	163.084	759.263	163.083	759.862
Juros incorridos	36.875	108.391	43.912	126.445
Variação cambial	(1.508)	(45.659)	(2.827)	(45.659)
Pagamento de Principal	(67.394)	(585.735)	(67.394)	(590.442)
Pagamento de juros	(29.935)	(150.304)	(35.649)	(166.107)
Ajuste a valor presente	1.400	82.848	1.400	82.848
Saldo final	**1.165.307**	**1.062.785**	**1.396.772**	**1.294.247**

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Controladora		Consolidado	
Ano de vencimento	**30/06/2026**	**31/03/2026**	**30/06/2026**	**31/03/2026**
1-2 anos	227.210	218.058	233.518	223.925
2-5 anos	537.951	492.937	561.861	516.406
mais de 5 anos	59.630	114.459	253.499	309.102
	824.791	**825.454**	**1.048.878**	**1.049.433**

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R$ 1.101.965 (R$ 1.080.642 em 31 de março de 2026). As demais garantias referem-se a contratos comerciais, aplicações vinculadas, contratos de energia, hipotecas, notas promissórias e fianças que totalizam o valor de R$ 742.097 (R$ 704.731 em 31 de março de 2026).

Debêntures

Em 31 de maio de 2024, a companhia realizou junto ao credor o resgate antecipado integral das 100 debêntures de 1ª série com o valor unitário atualizado de R$ 914.596.

Em 12 de junho de 2024, a companhia, em processo de gerenciamento de dívidas bancárias, optou em realizar uma captação por meio de Debêntures incentivadas no mercado de capitais. A operação terá um prazo de 07 anos, com 04 anos de carência no valor principal da dívida.

A Escritura de Emissão de Debêntures foi firmada com base nas deliberações da assembléia geral extraordinária da Emissora realizada em 05 de junho de 2024 ("Ato Societário da Emissora"), na qual foram deliberadas: (a) a realização da Emissão e da Oferta, bem como seus respectivos termos e condições; (b) a constituição das Garantias Reais em favor dos Debenturistas e seus termos e condições, e a respectiva celebração dos Contratos de Garantia; (c) a autorização à Diretoria da Emissora para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão, podendo, inclusive, celebrar eventuais aditamentos a esta Escritura de Emissão, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e (d) a ratificação de todos os demais atos já praticados pela Diretoria da Emissora com relação aos itens acima.

Foram emitidas 180.000 (cento e oitenta mil) Debêntures, sendo (a) 90.000 (noventa mil) Debêntures da 1ª (primeira) série da Emissão ("Debêntures da Primeira Série") e (b) 90.000 (noventa mil) Debêntures da 2a (segunda) série da Emissão ("Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Série, "Debêntures").

O valor total da Emissão é de R$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), na Data de Emissão, sendo (a) R$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) referente às Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido) e (b) R$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) referente às Debêntures da Segunda Série.

As debêntures e empréstimos estão sujeitos a certas condições restritivas, relacionadas à manutenção de determinados covenants não financeiros estabelecidos na Escritura de Emissão e respectivos contratos. Dentre os covenants não financeiros estabelecidos podemos destacar alguns dos principais:

- Não transformar a Emissora, de forma que deixe de ser Sociedade Anônima, nos termos dos artigos 220 e 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- Não alterar o controle direto ou indireto da emissora e das garantidoras sem prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em assembléia geral convocada especificamente para este fim;
- Não transferir ou ceder de qualquer forma as obrigações assumidas nesta Escritura;
- Não constituir ônus sobre os ativos da emissora e da fiadora correspondente a um valor individual agregado igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total dos ativos, com base nas demonstrações contábeis consolidadas auditadas.
- Dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 3(três) dias úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, apresentar demonstrações contábeis auditadas por uma Empresa Elegível; e
- Não vendar ou realizar transferência de ativos à terceiros, pela Emissora e/ou pela Fiadora e/ou de suas respectivas controladas, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), com exceção de vendas ou transferências relacionadas à substituição de ativos operacionais em razão de desgaste, depreciação e/ou obsolescência, desde que no curso normal dos negócios, em linha com suas práticas usuais.

Cláusulas restritivas financeiras de dívida (covenants financeiros)

A Companhia possui obrigações contratuais decorrentes dos contratos de financiamentos e empréstimos bancários, relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros estabelecidos nesses contratos. Estes índices são avaliados anualmente na data-base 31 de março.

17 - Salários e férias a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/03/2026	**30/06/2026**	31/03/2026
Salários ordenados e comissões	**10.152**	12.294	**10.409**	12.461
Indenizações trabalhistas	**533**	708	**534**	710
Rescisões a pagar	**72**	805	**72**	815
Férias	**22.361**	25.804	**22.837**	26.286
Decimo terceiro salário	**8.162**	4.219	**8.319**	4.291
Encargos sociais	**4.019**	3.954	**4.182**	4.097
	45.299	47.784	**46.353**	48.660

18 - Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	**31/03/2026**	**30/06/2026**	**31/03/2026**
Adiantamento mercado externo	183.382	165.163	183.386	165.163
Adiantamento mercado interno	49.711	81.024	64.829	96.243
	233.093	**246.187**	**248.215**	**261.406**
Circulante	203.975	202.148	219.097	217.367
Não Circulante	29.118	44.039	29.118	44.039

Os adiantamentos no mercado externo, previstos para liquidação no próximo período, são compostos por valores antecipados por clientes, em moeda estrangeira, para a aquisição de açúcar e etanol destinados à exportação. Esses valores são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data da transação.

Usualmente, os clientes pagam 80% do volume contratado antes dos embarques e os 20% restantes contra o embarque da mercadoria.

19 - Tributos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	**31/03/2026**	**30/06/2026**	**31/03/2026**
Previdência social a recolher	6.553	9.124	6.686	9.227
FGTS a recolher	1.315	1.666	1.350	1.701
IRRF a recolher	1.159	651	1.218	680
INSS fornecedores de cana	89	131	89	131
ICMS Operações Normais	1.371	1.337	1.371	1.373
Pis/Cofins a Recolher	-	6.906	17	6.908
Outros	1.222	1.574	1.248	1.643
	11.709	**21.389**	**11.979**	**21.663**

20 - Parcelamentos de tributos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/03/2026	**30/06/2026**	31/03/2026
Parcelamento Simplificado RFB	**-**	-	**13**	17
Parcelamento Especial REFIS - Lei 11.941/09 (i)	**626**	680	**626**	680
Parcelamento Simplificado ITR - RFB Nº 4048362-2	**-**	-	**38**	41
Parcelamento P.E.R.T. - Lei 13.496/2017 (ii)	**5.632**	5.908	**5.632**	5.908
Parcelamento ICMS - Proc. 00839477-3 (iii)	**1.151**	1.690	**1.151**	1.690
Parcelamento de Transação - PTE Nº 70104158-5 (iv)	**2.827**	2.995	**2.827**	2.995
Parcelamento ICMS Nº 18349704	**-**	**-**	**90**	137
Parcelamento ICMS - Proc. 00913677-3 (iii)	**1.036**	1.510	**1.036**	1.510
Parcelamento ICMS - Proc. 00919630-2 (iii)	**1.921**	-	**1.921**	-
Parcelamento ICMS - Proc. 00954568-7 (iii)	**1.002**	-	**1.002**	-
	14.195	12.783	**14.336**	12.978
Circulante	**6.018**	5.967	**6.120**	6.124
Não Circulante	**8.177**	6.816	**8.216**	6.854

(i) Em novembro de 2009, a Administração da Companhia aderiu ao Programa de Redução e Parcelamento de Tributos, conforme disposto na Lei nº 11.941/09. Em fevereiro de 2010, a Companhia formalizou a desistência de todos os processos administrativos e judiciais relacionados aos débitos incluídos no programa. No decorrer de 2011, foram cumpridas, de forma tempestiva, todas as exigências de prestação de informações e declarações necessárias para a consolidação dos valores devidos. Conforme estabelecido na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2, de 3 de fevereiro de 2011, foi seguido o cronograma para apresentação das informações exigidas, e, em junho de 2011, concluiu-se a consolidação do parcelamento requerido, com pagamento previsto em até 180 parcelas mensais. A Companhia vem cumprindo regularmente as obrigações decorrentes deste parcelamento.

(ii) Em abril e agosto de 2017, a Companhia aderiu aos novos programas de parcelamento e redução de tributos instituídos pela Medida Provisória nº 766/2017 e posteriormente pela Lei nº 13.496/2017 (conhecidos como "novos Refis"). Esses programas abrangeram tanto a consolidação de parcelamentos anteriormente existentes quanto a inclusão de novos débitos tributários, mediante a desistência de processos judiciais e administrativos. No exercício de 2017, foram contabilizados os valores correspondentes, com os devidos registros e reclassificações nos demonstrativos financeiros.

(iii) Parcelamento ordinário junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP), referente a saldos de ICMS oriundos de operações regulares de venda

(iv) Parcelamento firmado com a SEFAZ/SP referente a débitos de ICMS inscritos em Dívida Ativa do Estado de São Paulo.

A movimentação dos parcelamentos de tributos está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	**31/03/2026**	**30/06/2026**	**31/03/2026**
Saldo Inicial	12.783	27.884	12.977	28.323
Novas adesões	2.544	-	2.544	-
Juros e multas incorridos	739	2.166	740	2.298
Amortizações	(1.871)	(17.267)	(1.925)	(17.643)
Saldo final	**14.195**	12.783	**14.336**	12.978

21 - Provisão para processos judiciais

A Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia as probabilidades de materialização de passivos decorrentes de processos judiciais de naturezas trabalhista, previdenciária, ambiental, tributária, cível e outras.

A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída com base na probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática da Companhia o provisionamento integral das obrigações consideradas prováveis, até que a obrigação seja liquidada ou revertida em decorrência de nova avaliação dos consultores jurídicos.

A seguir, apresentam-se os detalhes dos riscos relacionados aos processos judiciais provisionados:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	**31/03/2026**	**30/06/2026**	**31/03/2026**
Créditos de IPI (Crédito Prêmio Exportação, não tributável e alíquota zero)	17.977	17.823	17.977	17.823
Contingências Trabalhistas e fiscais	2.582	4.378	2.582	4.378
Saldo líquido	**20.559**	**22.201**	**20.559**	**22.201**

Em 30 de junho de 2026, a Usina Caeté S.A possui depósitos judiciais, no montante de R$ 4.134 (R$ 4.015 em 31 de março de 2026) e o Consolidado o montante de R$ 4.158 (R$ 4.039 em 31 de março de 2026) realizados em garantia aos passivos contingentes em aberto.

Movimentação da provisão para processos judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	**31/03/2026**	**30/06/2026**	**31/03/2026**
Saldo em 31 de março de 2026	22.201	25.644	22.201	25.644
Constituição	(1.642)	(3.443)	(1.642)	(3.443)
Saldo em 30 de junho de 2026	**20.559**	**22.201**	**20.559**	**22.201**

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade de determinados tributos. Os montantes envolvidos nesses processos foram devidamente provisionados e, em parte, depositados judicialmente. Com base nas opiniões de seus assessores jurídicos, a Companhia não espera perdas adicionais ao encerramento desses processos além dos valores já provisionados.

Processos judiciais passivos com probabilidade possível

A Companhia também possui outros processos judiciais relacionados a questões trabalhistas, cíveis e tributárias, cuja probabilidade de perda, conforme avaliação de seus consultores jurídicos, é considerada possível, porém não provável. O valor total envolvido é de R$ 7.626 (R$ 8.339 em 31 de março de 2026).

A administração da Companhia, com base nas opiniões de seus consultores jurídicos, entende que não há necessidade de constituição de provisão para eventual perda nesses casos.

22 - Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2026 é de R$ 550.000, (R$ 550.000 em 31 de março de 2026), dividido em 9.756 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, pertencentes a Lagense S.A Administração e Participações.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Reserva de reavaliação (Custo atribuído)

Constituída em decorrência da reavaliação parcial de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por consultoria especializada em 31/12/2005. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram reconhecidos e estão classificados no passivo não circulante.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários.

Edificações e construções	**Valor de aquisição**	**Depreciação Acumulada**	**% de Depreciação**	**Valor residual**	**% Residual**	**Tempo a Depreciar**
Usina Caeté - Unid. Caeté	20.289	11.656	4%	8.633	42,55%	23 anos
Usina Caeté - Unid. Marituba	9.215	5.294	4%	3.921	42,55%	23 anos
Usina Caeté - Unid. Cachoeira	680	390	4%	290	42,67%	23 anos
Total	**30.184**	**17.340**	**4%**	**12.844**		

Outros resultados abrangentes

Corresponde à variação reflexa na participação de investimentos em coligadas e controladas, além de ganhos e perdas na participação relativa.

c. Reserva de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por objetivo assegurar a integridade do capital social e só pode ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui programa de incentivo fiscal estadual, junto ao Estado de Alagoas na forma de crédito presumido do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, com redução parcial deste. A utilização do benefício está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no programa, cujas condições referem-se a fatores sob controle da Companhia.

O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal.

O valor da subvenção apurado no período foi registrado na demonstração do resultado na rubrica de "Deduções da receita bruta", reduzindo a conta "ICMS a recolher". Pela impossibilidade de destinação como dividendos, é constituída reserva para incentivos fiscais, em contrapartida à conta de Lucros Acumulados.

Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do resultado líquido do período, ajustado na forma da Lei.

23 - Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receita mercado interno	239.136	279.450	241.890	282.318
Açúcar	87.497	130.684	87.497	130.684
Etanol	101.180	67.123	101.034	67.123
Vendas de produtos agrícolas	3.157	969	3.157	969
Vendas de energia elétrica	23.767	54.772	23.822	56.994
Vendas de serviços	478	733	1.581	897
Bagaço de cana	2.484	955	2.484	955
Receita – CBIOs	1.156	3.227	1.156	3.227
Outras receitas de vendas	10.638	9.515	12.331	9.997
Receita de incentivos fiscais (i)	8.779	11.472	8.828	11.472
Receita mercado externo	**159.423**	**186.250**	**159.423**	**186.250**
Açúcar	153.707	174.144	153.707	174.144
Etanol	(1.420)	5.800	(1.420)	5.800
Materiais	9	-	9	-
Receita de incentivos fiscais (i)	7.127	6.306	7.127	6.306
Receita bruta fiscal	**398.559**	**465.700**	**401.313**	**468.568**
(-) Deduções dos impostos e contribuições	**(64.047)**	**(37.242)**	**(64.592)**	**(37.772)**
Vendas canceladas	(28.153)	(571)	(28.160)	(571)
Impostos s/circulação de mercadorias e serviços	(18.279)	(18.438)	(18.376)	(18.581)
Pis s/faturamento	(1.660)	(1.715)	(1.735)	(1.780)
Cofins s/faturamento	(7.636)	(7.896)	(7.982)	(8.196)
INSS s/faturamento	(6.740)	(7.925)	(6.777)	(7.935)
ICMS substituição tributária	(1.272)	(746)	(1.272)	(746)
Outros	(307)	49	(290)	37
Total da receita líquida	**334.512**	**428.458**	**336.721**	**430.796**

24 - Custos dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Depreciação de máquinas, equipamentos e instalações	(20.037)	(10.945)	(20.085)	(10.975)
Depreciação da Lavoura	(18.946)	(19.886)	(18.946)	(19.886)
Amortização do ativo biológico	(22.052)	(24.447)	(22.052)	(24.447)
Depreciação IFRS 16 CPC 06	(34.356)	-	(34.356)	-
Matéria prima	(33.904)	(36.947)	(33.904)	(36.947)
Serviços e locações	(45.667)	(18.076)	(45.036)	(20.113)
Despesa com pessoal	(42.766)	(39.357)	(42.123)	(40.244)
Combustíveis, lubrificantes e peças	(28.404)	(12.092)	(28.474)	(12.916)
Insumos utilizados na produção	(18.209)	(98.029)	(17.757)	(98.238)
Outros custos	(24.836)	(73.031)	(30.772)	(74.785)
	(289.177)	**(332.810)**	**(293.505)**	**(338.551)**

25 - Despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Despesas com pessoal	(239)	(325)	(239)	(325)
Depreciação	(2)	(1)	(2)	(1)
Comissão sobre vendas	(1.117)	(1.198)	(1.117)	(1.199)
Despesas com exportação	(2.654)	(1.977)	(2.654)	(1.977)
Fretes, transportes e armazenagem	(10.264)	(13.230)	(10.264)	(13.229)
Aluguéis diversos	(175)	(177)	(176)	(177)
Provisão para devedores duvidosos	-	8	-	(198)
Outras despesas	(2.493)	(1.114)	(2.510)	(1.144)
	(16.944)	**(18.014)**	**(16.962)**	**(18.250)**

26 - Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Despesas com pessoal	(14.482)	(12.864)	(14.732)	(12.953)
Depreciação	(565)	(335)	(876)	(340)
Material de manutenção e consumo	(883)	(1.217)	(886)	(1.217)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(8.439)	(8.263)	(8.444)	(8.263)
Outas despesas	(447)	(2.812)	(943)	(2.814)
	(24.816)	**(25.491)**	**(25.881)**	**(25.587)**

27 - Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	**30/06/2025**	**30/06/2026**	**30/06/2025**
Outras receitas operacionais:				
Crédito de PIS Lei 10.637/02 e COFINS Lei 10.833/03	46	29	46	29
Lucro na venda do ativo imobilizado	375	16	375	16
Recuperação de receitas diversas	1.327	249	3.621	3.713
Outras receitas operacionais	3.210	845	4.608	848
	4.958	**1.139**	**8.650**	**4.606**
Outras despesas operacionais:				
Contribuição de associação de classe	(151)	(131)	(151)	(131)
Multas e taxas	(525)	(325)	(604)	(398)
ICMS diferença de alíquota	(255)	(246)	(517)	(540)
Imposto sobre operações financeiras	(928)	(1.073)	(963)	(1.125)
Indenizações diversas	(66)	(9)	(66)	(9)
Perda no Recebimento de Crédito	(1)	(8)	-	(8)
Outras despesas operacionais	(590)	(286)	(983)	(452)
	(2.516)	**(2.078)**	**(3.284)**	**(2.663)**
Líquidas	**2.442**	**(939)**	**5.366**	**1.943**

28 - Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	**30/06/2025**	**30/06/2026**	**30/06/2025**
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	3.310	1.778	4.639	2.814
Ajuste a valor justo s/ empréstimos e financiamentos	1.570	-	1.570	-
Outras receitas financeiras	9.185	8.400	9.185	8.405
	14.065	**10.178**	**15.394**	**11.219**
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(36.875)	(36.744)	(43.912)	(43.479)
Juros mora fornecedores	(148)	(276)	(148)	(276)
Juros sobre impostos e contribuições	(651)	(927)	(652)	(938)
Juros sobre arrendamentos - CPC 06 R 02	(31.485)	-	(31.485)	-
Ajuste a valor justo s/ empréstimos e financiamentos	(1.401)	(18.160)	(1.401)	(18.160)
Outras despesas financeiras	(11.953)	(6.211)	(12.438)	(6.240)
	(82.513)	**(62.318)**	**(90.036)**	**(69.093)**
Variações cambiais líquidas:				
Variações cambiais ativas	26.000	36.326	26.006	36.326
Variações cambiais passivas	(21.720)	(5.407)	(21.720)	(5.408)
	4.280	30.919	4.286	30.918
Resultado financeiro	**(64.168)**	**(21.221)**	**(70.356)**	**(26.956)**

29 - Instrumentos financeiros

A Companhia está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de commodities e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A diretoria da Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados; (ii) estimativas do valor de cada risco, tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos, à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços e taxa de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar, etanol e outros produtos da Companhia contra riscos de variação cambial, flutuação dos preços e variações nas taxas de juros.

29.1 Riscos de Mercado

(a) Risco cambial

A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial para reduzir os efeitos adversos causados por um potencial descasamento de moedas.

Para administrar seu risco cambial, são utilizados contratos a termo de moedas, ("NDFs"), estratégias de opções e *hedge* natural (tais como dívidas ou compras em moeda estrangeira). A política de gestão de risco financeiro da Companhia define diretrizes que estabelecem o volume de proteção adequado dos fluxos de caixa previstos, principalmente relacionados às vendas de exportações.

Ativos e passivos expostos à variação cambial

O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US$), consignados no balanço patrimonial nas demonstrações contábeis intermediárias atuais:

Consolidado	30/06/2026	Milhares de US$ equivalentes
Ativo circulante e não circulante:		
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	9.480	1.835
Instrumentos financeiros derivativos	14.465	1.150
(+) Total dos ativos	**23.945**	**2.985**
Passivo circulante e não circulante:		
Empréstimos e financiamentos	95.350	18.419
(-) Total dos Passivos	**95.350**	**18.419**
Exposição líquida	**(71.405)**	**(15.434)**

A exposição líquida deduz empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, uma vez que estes serão liquidados com recursos oriundos das receitas com exportações futuras e, portanto, protegidos pela política de *hedge* da Companhia.

Os referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2026 à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R$ 5,1766 por US$ 1,00 para os ativos e para os passivos. Os instrumentos financeiros e derivativos negociados em corretora estão convertidos sob a taxa do dólar comercial referencial (*Bloomberg*) de R$ 5,1645 por U$S 1,00.

(b) Risco de volatilidade no preço de commodities

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço de commodities em razão dos produtos fabricados como açúcar e etanol.

(c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas. Quanto à moeda estrangeira, nos empréstimos e financiamentos, os riscos de flutuação de taxa de juros e moeda são mitigados através das exportações.

(d) Análise de sensibilidade dos riscos de mercado

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças nos fatores de risco relevantes aos quais a Companhia está exposta.

		Impactos no resultado	
	Fator de Risco	**Cenários possíveis 25%**	**Cenários prováveis 50%**
(+) Caixa e equivalentes de caixa	Queda na taxa de câmbio R$/US$	7.110	4.740
(+) Contas a receber de clientes	Queda na taxa de câmbio R$/US$	-	-
(-) Empréstimos e financiamentos	Alta na taxa de câmbio R$/US$	(119.188)	(143.025)
Instrumentos financeiros derivativos			
(+) Contratos a termo de moeda	Queda na taxa de câmbio R$/US$	14.465	2.977
(-) Contratos a termo de moeda	Alta na taxa de câmbio R$/US$	-	-
Exposição líquida		**(97.613)**	**(135.308)**

A análise de sensibilidade da variação cambial foi efetuada considerando a variação percentual de 25% e 50% na respectiva curva de mercado do risco associado, descrito na tabela acima (câmbio e preço de commodities).

(e) Instrumentos financeiros

A Companhia optou pela utilização da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para a contabilização de parte de seus instrumentos financeiros. Os instrumentos eleitos para designação são: a) derivativos de açúcar, etanol e moeda estrangeira (dólar americano); b) dívidas em moeda estrangeira (dólar americano), que efetuam coberturas de vendas das safras 2025/26, 2026/27 e 2027/28, e foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa de transações esperadas altamente prováveis (vendas futuras).

Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos e retrospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para *hedge* proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações de preços sobre o valor das vendas futuras.

Em relação aos *hedges* de açúcar, os derivativos foram designados para proteção da variação dos fluxos de caixa das vendas futuras de açúcar.

Para os *hedges* de câmbio, os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são contratados mediante contratação de "Termos de Moeda" (NDFs), estratégias de Opções e Dívidas em moeda estrangeira contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha, e dentro dos critérios de Gestão de risco mencionados no item 29.1.

Nas demonstrações contábeis anuais atuais, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos estão apresentados a seguir:

	Junho de 2026
Consolidado	Valor Atual (R$)
No ativo circulante e não circulante - Ganho	
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão	14.465
(+) Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante e não circulante	**14.465**
No passivo circulante e não circulante - Perda	
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão	-
(-) Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante e não circulante	**-**
Total de instrumentos financeiros derivativos	**14.465**

Os saldos de resultado potencial com operações de futuro, opções e contratos a termo referem-se ao efeito acumulado positivo (negativo) do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nas correspondentes modalidades.

A composição dos instrumentos financeiros designados para *hedge accounting* na data das demonstrações contábeis atuais, é como segue:

Controladora e Consolidado	**Ativo**	**Passivo**	**Total em Valor Justo por meio do Resultado**
Instrumentos Financeiros:			
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	14.465	-	14.465
	14.465	**-**	**14.465**

A realização nos resultados das operações de derivativos designadas como hedge accounting e correlacionadas aos embarques do primeiro trimestre da safra 26/27 estão descritas a seguir:

Controladora e Consolidado	**1º Trim. Safra 26/27**
Instrumentos Financeiros:	
Derivativos de Câmbio - Opções / NDF	-
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	-

29.2 Riscos de Crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes, em aplicações financeiras e instrumentos derivativos realizados junto às instituições financeiras.

A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia.

Com relação ao risco de crédito da Companhia em relação a clientes, a gestão do risco no âmbito dos negócios de açúcar, etanol e energia é centrada no relacionamento formalizado com clientes-chave de grande porte. Para os demais negócios, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito, e acompanhamento permanente da carteira em aberto.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**30/06/2026**	**31/03/2026**	**30/06/2026**	**31/03/2026**
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa (a)	3	82.347	66.929	120.374	107.827
Aplicações financeiras (b)	4	76.055	72.707	76.131	72.782
Contas a receber de clientes e outros créditos (c)		94.483	117.604	101.322	120.892
Mútuos com parte relacionadas	10	19.008	7.055	1.055	1.012
		271.893	**264.295**	**298.882**	**302.513**

a. Depósitos bancários

Esses montantes são mantidos em instituições financeiras de primeira linha a fim de minimizar o risco de crédito trazido por essas operações.

b. Aplicações financeiras

Os montantes são mantidos em instituições financeiras de primeira linha a fim de minimizar o risco de crédito trazido por essas operações.

c. Contas a receber de clientes e outros créditos

A administração busca mitigar o risco de inadimplência de sua carteira por meio de monitoramento e avaliação periódica individual de seus clientes.

Os critérios para aceitação de novos clientes incluem uma análise da condição financeira e perfil socioeconômico, com definição de limites de crédito e termos de pagamento. A análise dessas informações pela Companhia pode incluir *ratings* externos, quando disponíveis, e referências bancárias.

Os limites de crédito são estabelecidos para cada cliente, de forma individual, e representam o montante máximo de exposição aceito para aquele cliente. Esses limites são revistos sempre que necessário ou solicitado. Clientes que não possuírem limites de crédito aprovados somente são atendidos mediante pagamento antecipado.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre o contas a receber de clientes foi constituída em montante considerado suficiente pela administração em face de eventuais perdas.

29.3 Riscos de liquidez

Risco de liquidez é o risco de se encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

		Controladora					
		30/06/2026					
	Nota	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos							
Fornecedores e outras contas a pagar		83.873	83.873	83.873	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	16	1.165.307	1.165.307	340.516	227.210	537.951	59.630
Total		**1.249.180**	**1.249.180**	**424.389**	**227.210**	**537.951**	**59.630**

		31/03/2026					
	Nota	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos							
Fornecedores e outras contas a pagar		97.866	97.866	97.866	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	16	1.062.785	1.062.785	237.331	218.058	492.937	114.459
Total		1.160.651	1.160.651	335.197	218.058	492.937	114.459

		Consolidado					
		30/06/2026					
	Nota	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos							
Fornecedores e outras contas a pagar		86.487	86.487	86.487	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	16	1.396.772	1.396.772	347.894	233.518	561.861	253.499
Mútuos com partes relacionadas	10	3.138	3.138	-	3.138	-	-
Total		**1.486.397**	**1.486.397**	**434.381**	**236.656**	**561.861**	**253.499**

		31/03/2026					
	Nota	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos							
Fornecedores e outras contas a pagar		100.801	100.801	100.801	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	16	1.294.247	1.294.247	244.814	223.925	516.406	309.102
Mútuos com partes relacionadas	10	600	600	-	600	-	-
Total		1.395.648	1.395.648	345.615	224.525	516.406	309.102

29.4 Riscos de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros internas e externas, incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e utiliza-se, quando necessário, de alguns instrumentos derivativos para mitigar estas oscilações. A exposição a esse risco está substancialmente relacionada a financiamentos e aplicações financeiras.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era, sem qualquer interferência de instrumentos de proteção, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/03/2026	**30/06/2026**	31/03/2026
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	**75.372**	72.038	**75.372**	72.038
Passivo financeiros				
Financiamentos e empréstimos	**1.165.307**	1.062.785	**1.396.773**	1.294.247
Ativos (Passivos)	**(1.089.935)**	(990.747)	**(1.321.401)**	(1.222.209)

Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros

A Companhia possui R$ 75.372 de aplicações financeiras indexadas ao CDI e R$ 671.288 (posição controladora)/R$ 901.359 (posição consolidada) em debêntures, financiamentos e empréstimos indexados à taxa pós-fixada, substancialmente CDI e IPCA. No quadro abaixo são considerados três cenários, considerando as variações percentuais destas, sendo o cenário provável taxa média de juros efetivos do período. Os demais cenários consideram uma variação de 25% e 50% sobre essa taxa e representam o impacto das receitas e despesas financeiras em resultado do período e patrimônio líquido.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – Apreciação das Taxas - 2026

			Controladora					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
Instrumentos	**Exposição 30/06/2026**	**Risco**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**
Ativos Financeiros								
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	75.372	CDI	14,15	10.665	17,69	13.331	21,23	15.998
Passivos Financeiros								
Financiamentos	(531.202)	CDI	14,15	(75.165)	17,69	(93.956)	21,23	(112.748)
Financiamentos (IPCA)	(40.179)	IPCA	4,64	(1.863)	5,79	(2.328)	6,95	(2.794)
Debêntures	(99.907)	IPCA	4,64	(4.631)	5,79	(5.789)	6,95	(6.947)
Resultado financeiro líquido (estimado)				**(70.994)**		**(88.742)**		**(106.491)**
Impacto no resultado e no patrimônio						**(17.748)**		**(35.497)**

Taxas de juros acumuladas 12 meses (até data base)

			Consolidado					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
Instrumentos	**Exposição 30/06/2026**	**Risco**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**
Ativos Financeiros								
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	75.372	CDI	14,15	10.665	17,69	13.331	21,23	15.998
Passivos Financeiros								
Financiamentos (CDI)	(531.202)	CDI	14,15	(75.165)	17,69	(93.956)	21,23	(112.748)
Financiamentos (IPCA)	(270.250)	IPCA	4,64	(12.528)	5,79	(15.660)	6,95	(18.792)
Debêntures	(99.907)	IPCA	4,64	(4.631)	5,79	(5.789)	6,95	(6.947)
Resultado financeiro líquido (estimado)				**(81.659)**		**(102.074)**		**(122.489)**
Impacto no resultado e no patrimônio						**(20.415)**		**(40.830)**

Taxas de juros acumuladas 12 meses (até data base)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

			Controladora					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
Instrumentos	**Exposição 30/06/2026**	**Risco**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**
Ativos Financeiros								
Aplicações financeiras	75.372	CDI	14,15	10.665	10,61	7.999	7,08	5.333
Passivos Financeiros								
Financiamentos	(531.202)	CDI	14,15	(75.165)	10,61	(56.374)	7,08	(37.583)
Financiamentos (IPCA)	(40.179)	IPCA	4,64	(1.863)	3,48	(1.397)	2,32	(931)
Debêntures	(99.907)	IPCA	4,64	(4.631)	3,48	(3.473)	2,32	(2.316)
Resultado financeiro líquido (estimado)				**(70.994)**		**(53.245)**		**(35.497)**
Impacto no resultado e no patrimônio						**17.749**		**35.497**

Taxas de juros acumuladas 12 meses (até data base)

			Consolidado					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
Instrumentos	**Exposição 30/06/2026**	**Risco**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**
Ativos Financeiros								
Aplicações financeiras	75.372	CDI	14,15	10.665	10,61	7.999	7,08	5.333
Passivos Financeiros								
Financiamentos (CDI)	(531.202)	CDI	14,15	(75.165)	10,61	(56.374)	7,08	(37.583)
Financiamentos (IPCA)	(270.250)	IPCA	4,64	(12.528)	3,48	(9.396)	2,32	(6.264)
Debêntures	(99.907)	IPCA	4,64	(4.631)	3,48	(3.474)	2,32	(2.316)
Resultado financeiro líquido (estimado)				**(81.659)**		**(61.245)**		**(40.830)**
Impacto no resultado e no patrimônio						**20.415**		**40.830**

Taxas de juros acumuladas 12 meses (até data base)

29.5 Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Lei das Sociedades por Ações permite que ações sejam tomadas pela Companhia a fim de assegurar os objetivos acima mencionados.

30 - Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

30.1 Classificação

A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

		Controladora		Consolidado	
	Classificação	**30/06/2026**	**31/03/2026**	**30/06/2026**	**31/03/2026**
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	82.347	66.929	120.374	107.827
Aplicações financeiras	Custo amortizado	76.055	72.707	76.131	72.782
Contas a receber de clientes e outros créditos	Custo amortizado	94.483	117.604	101.322	120.892
Mútuos com partes relacionadas	Custo amortizado	19.008	7.055	1.055	1.012
Total		**280.404**	**264.295**	**307.394**	**302.513**
Passivos					
Fornecedores e outras contas a pagar	Custo amortizado	83.873	97.866	86.487	100.801
Financiamentos e empréstimos	Custo amortizado	1.165.307	1.062.785	1.396.772	1.294.247
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	Custo amortizado	730.523	752.216	730.523	752.216
Mútuos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	-	3.138	600
Total		**1.979.703**	**1.912.867**	**2.216.920**	**2.147.864**

31 - Valor Justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Nas demonstrações contábeis intermediárias atuais, não houve reclassificação de ativos e passivos ao valor justo de ou para o nível 1, 2 ou 3.

	Controladora					
	30/06/2026			31/03/2026		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos						
Ativos Biológicos	-	-	130.723	-	-	95.206
Total	**-**	**-**	**130.723**	**-**	**-**	**95.206**

	Consolidado					
	30/06/2026			31/03/2026		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos						
Ativos Biológicos	-	-	130.723	-	-	95.206
Total	**-**	**-**	**130.723**	**-**	**-**	**95.206**

Outros ativos e passivos financeiros

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda (impairment) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos.

32 - Cobertura de seguros

A Companhia mantém programa padrão de segurança, treinamento e qualidade em suas unidades, visando, entre outros objetivos, reduzir os riscos de acidentes. Além disso, mantém contratos de seguros com coberturas consideradas suficientes (informações não auditadas) para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As importâncias cobertas pelas apólices de seguros vigentes na data das demonstrações contábeis atuais são:

Controladora e Consolidado			
Item	**Riscos Cobertos**	**Cobertura Máxima**	
Lucros Cessantes e Riscos Operacionais	L.C.: Não realização de lucros decorrentes de danos materiais em instalações, edificações, máquinas e equipamentos industriais e geração de energia. R.O.: Quaisquer danos materiais a edificações, instalações, estoques, máquinas e equipamentos agrícolas e industriais.	R$	434.021
Responsabilidade Civil	Proteção por erro ou reclamações no período da atividade profissional que afete terceiros.	R$	324.885
Responsabilidade Ambiental	Proteção para acidentes ambientais que possam levantar reclamações junto à legislação ambiental.	R$	

33 - Compromissos de compra

A Companhia possui diversos contratos de parceria agrícola de cana-de-açúcar com terceiros, no montante aproximado de 78.885(*) hectares em junho de 2026 78.560(*) hectares em março de 2026, para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. O percentual de parceria agrícola sobre a produção é calculado com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. Outros fatores como a proximidade da unidade industrial, a possibilidade de mecanização ou qualquer fator que minimize os custos da Companhia podem influenciar o percentual de parceria agrícola. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada ao término de cada período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotada pela Consecana-SP para o Estado de São Paulo e Sindiaçúcar-AL para o Estado de Alagoas, pelo mix de produção da Companhia.

(*) Não auditado.

34 - Compromissos de vendas

A Companhia possui contratos no mercado com terceiros, por meio dos quais se compromete a vender seus produtos até a safra 2026/2027.

Em junho de 2026, os compromissos assumidos correspondiam às seguintes proporções da produção prevista:

a. Açúcar:60% da produção total prevista;

b. Etanol: 32% da produção total prevista; e

c. Energia elétrica: 84% da produção total prevista, aproximadamente 70.000 MWh por ano/safra.

35 – Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes passiveis de apresentação.